



Concurso Público Celesc S.A.

Edital 001/2024

14 de julho de 2024



Cargo Advogado – Nível Superior

Preencha seu nome por extenso, neste espaço.
Item 11.2 do edital

Instruções

1. Confira se o nome impresso no Cartão Resposta corresponde ao seu, e se as demais informações estão corretas. Caso haja qualquer irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal. Assine-o no local indicado.
2. A prova é composta por 60 questões objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E – das quais, somente uma deverá ser assinalada como correta. Confira o **CARGO**, a impressão e o número das páginas do Caderno de Prova. Caso necessário, solicite um novo Caderno.
3. As questões deverão ser resolvidas no Caderno de Prova e transcritas para o Cartão Resposta, utilizando caneta esferográfica, tubo transparente, com tinta indelével, de cor preta (preferencialmente) ou azul.
4. Não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões das provas durante a sua realização. O candidato poderá, se for o caso, interpor recurso no prazo definido pelo Edital.
5. O Cartão Resposta não será substituído em caso de marcação errada, rasura ou destaque inadequado.
6. Não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação, mesmo que desligado, devendo o mesmo ser colocado **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, implicará a eliminação do candidato.
7. Todo o material, portado pelo candidato, deve ser acomodado em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
8. Também não será permitido qualquer tipo de consulta (livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, anotações, régua de cálculo etc.), ou uso de óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, lenço ou similares), ou o porte de qualquer arma. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Somente será permitida a sua retirada da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova que terá, no máximo, quatro horas de duração. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até que todos concluem a prova e possam sair juntos.
10. O tempo de resolução das questões objetivas, incluindo o tempo de transcrição para o Cartão Resposta personalizado, é de **QUATRO HORAS**.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala.
12. Aguarde autorização para entregar o Caderno de Prova e o Cartão Resposta.
13. Diante de qualquer dúvida, comunique-se com o fiscal de sala.

Texto 1

Preconceito linguístico nos meio digital: ele existe?

Por acaso, ao ler o título, o que lhe saltou aos olhos foi o “erro” de concordância em “nos meio digital”? E, a partir dessa constatação, você concluiu que esta reportagem não tem credibilidade e cogitou a possibilidade de não fazer a leitura? Desculpe-nos ser insistentes, car@ leitor@, mas se você se identificou, aí é que precisa lê-la.

Não é novidade que a internet e, conseqüentemente, as redes sociais, estão presentes e influenciam nosso cotidiano. Embora, por um lado, elas tenham ressignificado as formas de nos relacionarmos, por outro, ainda reproduzem algumas condutas comuns nos meios não digitais.

Você já deve ter presenciado alguém ser constrangido pela forma que fala, certo? Da mesma maneira, já deve ter visto algum comentário em postagem de rede social desqualificando a opinião/posição de uma pessoa simplesmente pelo jeito que ela escreve, por não seguir estritamente o que se concebe como “língua padrão”. Em outras palavras, por apresentar variação em relação a ela.

Sejam vídeos que circulam no YouTube sejam as famosas pérolas divulgadas nas redes em época de vestibular, o preconceito linguístico ocorre em diversas situações.

Respondendo à pergunta-título: sim, existe preconceito linguístico nos meios digitais. Muitas pessoas podem “torcer o nariz” para essa questão ou achar que é mais uma invenção de uma geração problematizadora, que não vê humor em situações aparentemente inocentes. Ou, ainda, entender que é uma liberação para todo mundo falar “errado”.

O que essas pessoas não entendem é que o direito linguístico é (ou deveria ser) um direito humano fundamental. Todos deveriam poder se expressar, demonstrar suas emoções, compartilhar suas visões de mundo e transmitir seus conhecimentos sem coerção, da forma que se sentem fluentes e capazes. As pessoas devem se sentir livres para poder falar a sua língua – ou variante dela.

Adaptado de: RODRIGUES, Oscar; ALVES; Rafael. Preconceito linguístico nos meio digital: ele existe? **O Consoante**. 22 julho 2017. Disponível em: <http://oconsoante.com.br/2017/07/22/preconceito-linguistico-nos-meio-digital-ele-existe/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

01) Em relação ao Texto 1, analise as afirmativas que seguem.

1. Os autores empregam o solecismo como estratégia discursiva para chamar a atenção dos leitores para o tema do texto.
2. O discurso indireto é adotado no texto para que as ideias fluam de forma mais suave e coesa, em vez de se destacarem como citações diretas.
3. A linguagem coloquial adotada pelos autores é inadequada no contexto de comunicações acadêmico-científicas, ainda que coerente com textos de opinião.
4. A perspectiva dos autores em relação ao papel da linguagem na expressão e perpetuação de preconceitos se revela não apenas pelo conteúdo, mas também na forma.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- A) 2, 3.
- B) 1, 2, 3, 4.
- C) 2, 3, 4.
- D) 1, 3, 4.
- E) 1, 4.

Justificativa

Afirmativa 1: Correta. O erro gramatical do título, além de expressões como “o jeito que ela escreve” são exemplos de solecismo usado de forma intencional no texto.

Afirmativa 2: Incorreta. O texto não emprega o discurso indireto, pois não se constrói como uma paráfrase das palavras de outrem.

Afirmativa 3: Correta: O texto é um artigo de opinião que usa a linguagem dialogada e coloquial, a qual não é recomendada em publicações acadêmico-científicas.

Afirmativa 4: Correta: A presença da expressão “car@ leitor@”, além da linguagem simples, demonstra a preocupação em retratar na forma da expressão a ideia de inclusão.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.
 BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Leitura e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Variedade de textos e adequação de linguagem. Discurso direto e indireto. Figuras de linguagem. Uso de linguagem não violenta.

02) A partir da leitura do Texto 1, é **CORRETO** concluir que:

- A) **As línguas não são homogêneas e as variações linguísticas representam possibilidades válidas de expressão.**
- B) Os autores não dominam o registro formal da língua, por este motivo o texto apresenta desvios da norma culta.
- C) O preconceito linguístico é uma forma de exclusão social, que escapa ao âmbito das comunicações virtuais.
- D) Hoje o preconceito linguístico é absolutamente reconhecido e rechaçado nos meios digitais e não digitais.
- E) Os autores defendem a perspectiva de que as pessoas devem ter o direito de poder falar errado.

Justificativa

Correta: No texto, se afirma que há uma variedade considerada “padrão” juntamente com outras, e que as “pessoas devem se sentir livres para poder falar a sua língua – ou variante dela.”

Incorreta: Ao longo do texto, os autores empregam majoritariamente o registro culto, por exemplo, quanto à concordância e colocação pronominal, sendo empregadas poucas formas distintas do uso culto de maneira proposital pelos autores.

Incorreta: No texto, fica claro que o preconceito linguístico também se manifesta no meio digital.

Incorreta: Conforme o texto, ainda há aqueles que não reconhecem o preconceito linguístico: “Muitas pessoas podem ‘torcer o nariz’ para essa questão ou achar que é mais uma invenção de uma geração problematizadora”.

Incorreta: Os autores demonstram questionar o conceito de “falar errado”, pelo próprio uso do termo entre aspas, pois compreendem a língua como um conjunto de variações, ao mesmo tempo, defendem o direito a todos poderem se expressar em sua variedade linguística.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e discurso
Tema	Leitura e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Informações literais e inferências.

Texto 2

Ecosistema de aprendizagem on-line: Construções teórico-metodológicas

A cultura digital impacta a relação dicotômica entre ambientes físicos e on-line. O cenário sociotécnico da educação ainda está descompassado em relação às competências digitais e é socialmente segregário. Nesse sentido, desde a revisão sistemática da literatura, identificamos estudos que apontam os ecossistemas de aprendizagem on-line como possíveis estruturas metodológicas congruentes às demandas dessa convergência. A revisão incluiu 206 produções, das quais 14 foram elegíveis a partir do método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*. Os resultados revelaram que tais ecossistemas impactam e alteram as relações convencionais entre professor e estudante, organização de sala de aula e compreensão dos processos mediados por tecnologias.

FONTE: SANTOS, W. A. C.; MERCADO, L. P. L.; OLIVEIRA, C. A. de. Ecosistema de aprendizagem on-line: Construções teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e10172, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410172>. Acesso em: 03 jun. 2024.

03) Em relação às informações apresentadas no Texto 2, assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa **CORRETA**

- A) De acordo com os pesquisadores, as tecnologias digitais aplicadas à educação, além de impactarem a organização da sala de aula, também tem a capacidade de equalizar as relações sociais.
- B) Os pesquisadores identificaram que as competências digitais utilizadas na educação se alinham ao contexto social de uso das tecnologias de comunicação e informação.
- C) O estudo sobre os ecossistemas de aprendizagem on-line foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, cujo resultado incluiu a análise de 206 obras.
- D) Conforme o estudo, a cultura digital ampara a relação de oposição exclusiva na qual se encontram os ambientes digital e físico.
- E) **Já na fase da pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que a educação digital apresenta métodos e estratégias que apoiam o estreitamento da relação entre físico e digital.**

Justificativa

Correta: “Já na fase da pesquisa bibliográfica foi possível verificar que a educação digital apresenta métodos e estratégias que apoiam o estreitamento da relação entre físico e digital”. Conforme o texto, a partir da revisão da literatura, foram identificados estudos que apontam que os ecossistemas de aprendizagem on-line são possíveis estruturas metodológicas compatíveis com a necessidade de convergência do físico com o virtual.

Incorreta: “Os pesquisadores identificaram que as competências digitais utilizadas na educação se alinham ao contexto social de uso das tecnologias de comunicação e informação.” O texto menciona que o cenário sociotécnico da educação ainda está descompassado em relação às competências digitais.

Incorreta: “O estudo sobre os ecossistemas de aprendizagem on-line foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, cujo resultado incluiu a análise de 206 obras.” O texto menciona especificamente que a revisão sistemática da literatura incluiu 206 produções, mas, destas, apenas 14 foram elegíveis para compor os resultados da análise.

Incorreta: “De acordo com os pesquisadores, as tecnologias digitais aplicadas à educação, além de impactarem a organização da sala de aula, também tem a capacidade de equalizar as relações sociais.” O texto indica que os processos mediados por tecnologias alteram a organização da sala de aula, mas que o cenário sociotécnico é segregário.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Compreensão e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Informações literais e inferências

04) No Texto 2, a expressão “nesse sentido” pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- A) Em virtude disso.
- B) Portanto.
- C) **Além disso.**
- D) Analogamente.
- E) Desse modo.

Justificativa

Correta: “além disso”. No texto 2, a relação que se apresenta entre as ideias ligadas por “nesse sentido” é de adição e continuidade. Verificou-se uma dicotomia entre o físico digital e identificou-se que ela pode ser superada através de ferramentas digitais de educação.

Incorreta: “portanto”. A relação entre as ideias não é de conclusão, uma ideia não decorre logicamente da outra.

Incorreta: “em virtude disso”. A relação entre as ideias não é de consequência.

Incorreta: “analogamente”. A relação entre as ideias não é analogia.

Incorreta: “desse modo”. A relação entre as ideias não é de conclusão.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e discurso
Tema	Estruturação do texto
Tópico do Conteúdo	Recursos de coesão

05) “O cenário sociotécnico da educação [...] é socialmente segregário.” Sobre a palavra destacada, considere as possibilidades de análise abaixo:

1. Pertence à classe dos substantivos, pois funciona como núcleo do sintagma nominal.
2. Pode ser analisada em: SE- (prefixo que significa “à parte”) + GREG- (radical que significa “pertencente a um grupo”) + -ÁRIO (sufixo que expressa noção de função).
3. Consiste em um neologismo, construído por analogia à palavra “gregário” e com sentido oposto ao desta.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- A) 3.
B) 1, 2.
C) 2, 3.
D) 2.
E) 1, 3.

Justificativa

Afirmativa 1: Incorreta. A palavra no contexto é um adjetivo.

Afirmativa 2: Incorreta. A palavra é formada pelo radical “segreg-“ e do sufixo “-ário”.

Afirmativa 3: Correta: O uso adjetivo do termo “segregar” é inovador e segue a mesma lógica de construção do adjetivo. “gregário”, com o qual apresenta relação de antonímia.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Léxico
Tema	Morfologia
Tópico do Conteúdo	Classes de palavras. Estrutura do vocábulo. Formação de palavras.

06) Assinale a afirmativa **CORRETA** sobre o uso da palavra “ecossistemas” no Texto 2.

- A) Trata-se de uma palavra na qual ocorreu uma catacrese, devido à mudança do significado original por esmaecimento do sentido original.
- B) Trata-se de uso denotativo do termo, pois refere-se ao conjunto das relações de interdependência que seres estabelecem entre si e com o ambiente que os cerca.
- C) É um exemplo braquilogia, pois, no texto, emprega-se uma expressão mais curta, equivalente a outra mais ampla ou de estruturação mais complexa.
- D) É um caso de hiperonímia, pois o termo expressa, de uma forma mais abrangente, o sentido de “ambientes digitais de aprendizagem”.
- E) **Representa um uso figurado da palavra, consistindo em uma metáfora que relaciona a complexidade das relações na ecologia às da educação digital.**

Justificativa

Correta: O termo “ecossistemas” é usado em sentido metafórico, pois é a apropriação de um termo da ecologia, que descreve relações complexas entre seres e ambientes, aplicado para descrever as relações entre atores e sistemas na educação digital.

Incorreta: O uso do termo é conotativo e não denotativo ou literal.

Incorreta: Braquilogia é uma forma abreviada de uma expressão, não se aplica ao caso.

Incorreta: Não há relação de hiponímia ou hiperonímia, mas de uma comparação.

Incorreta: Não se trata de emprego por mudança de sentido, mas sim a aplicação de sentido metafórico.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Semântica
Tópico do Conteúdo	Figuras de linguagem

07) Qual item abaixo **NÃO** se refere à qualidade do produto energia elétrica, segundo os procedimentos de distribuição de energia elétrica da Aneel (PRODIST, 2021):

- A) Variação de tensão em regime permanente.
- B) **Potência instalada.**
- C) Harmônicas.
- D) Variação de frequência.
- E) Fator de potência.

Justificativa

Os aspectos considerados pela Aneel para avaliar a qualidade do produto energia elétrica são apresentados no Anexo VIII da Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST (Módulo 8 – Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). A potência instalada da edificação não é considerada. Todos os demais itens são considerados.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 8 - Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

08) Atualmente, no Brasil, existem diversos agentes atuando no mercado de energia elétrica e, dentre estes, destaca-se o que a Aneel define como: “[...] pessoa jurídica ou consórcio de empresas que recebe concessão ou autorização para explorar aproveitamento hidrelétrico ou central geradora termelétrica e respectivo sistema de transmissão associado e para comercializar, no todo ou em parte, a energia produzida por sua conta e risco”. Esta definição corresponde ao:

- A) Comercializador de energia.
- B) Cogenerador.
- C) **Produtor independente de energia.**
- D) Autoprodutor.
- E) Agente importador de energia.

Justificativa

Esta definição está no Anexo I da Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST (Módulo 1 – Glossário de Termos Técnicos do PRODIST).

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 1 - Glossário de Termos Técnicos). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Agentes do sistema elétrico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

09) Por meio do controle das interrupções e da apuração dos indicadores de continuidade de serviço, as distribuidoras, os consumidores, as centrais geradoras e a Aneel, podem avaliar a qualidade do serviço prestado e o desempenho do sistema elétrico. Um destes indicadores utilizados pela Aneel é baseado em um indicador internacional, denominado SAIDI – System Average Interruption Duration Index. O indicador de continuidade Aneel equivalente ao SAIDI é:

- A) DMIC.
- B) FEC.
- C) DICRI.
- D) **DEC.**
- E) FIC.

Justificativa

O indicador de continuidade DEC significa Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo equivalente ao SAIDI.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 8 - Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

10) Com relação ao processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, ocorrido na década de 1990, analise as afirmações abaixo:

- I. Houve uma desverticalização da indústria de energia elétrica, separando-se os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
- II. Introduziu-se competição nas atividades de geração e comercialização de energia elétrica.
- III. As atividades de transmissão e distribuição de energia continuaram estatais.
- IV. Um dos objetivos da reestruturação foi garantir a expansão da capacidade instalada do sistema elétrico.

As opções acima que estão **CORRETAS** são:

- A) **I, II e IV.**
- B) II, III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) III e IV.
- E) Todas estão corretas.

Justificativa

A maior parte das distribuidoras e transmissoras de energia elétrica no Brasil foram privatizadas. Assim, a única afirmação incorreta é a afirmação III.

Referência

SILVA, Edson Luiz da. **Formação de preços em mercados de energia elétrica**. RS: editora Sagra-Luzzatto. 2001.

Nível	Superior
Disciplina	Estruturação do setor elétrico e mercado de energia elétrica
Eixo Temático	Histórico da reestruturação
Tema	Histórico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

11) A Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica exerce diversas atribuições importantes dentro do atual modelo do setor elétrico brasileiro. Dentre as afirmações abaixo, assinale qual NÃO é uma atribuição da Aneel:

- A) Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica.
- B) Regular as atividades do setor elétrico brasileiro.
- C) Fiscalizar as concessões, permissões e os serviços de energia elétrica.
- D) Estabelecer tarifas.
- E) **Controlar a operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional.**

Justificativa

Controlar a operação do Sistema Interligado Nacional é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As demais são atribuições da Aneel, constantes em seu estatuto e definidas pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e pelo Decreto n.º 2.335, de 06 de outubro de 1997.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Nível	Superior
Disciplina	Estruturação do setor elétrico e mercado de energia elétrica
Eixo Temático	Histórico da reestruturação
Tema	Agentes do sistema elétrico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

12) Sobre a geração distribuída no Brasil, assinale a afirmação abaixo que **NÃO** está **CORRETA**.

- A) O sistema de compensação de energia elétrica, o qual permite que os consumidores com sistemas de geração distribuída fotovoltaica possam injetar a energia excedente na rede elétrica e obter créditos da concessionária, foi estabelecido inicialmente pela Resolução Normativa Aneel n.º 482, de 2012.
- B) **A energia elétrica gerada de forma distribuída pelos sistemas fotovoltaicos pode ser comercializada livremente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, de acordo com a legislação atual brasileira.**
- C) A Resolução Normativa Aneel n.º 687, de 2015, ampliou as regras estabelecidas pela Resolução Normativa Aneel n.º 482, de 2012, introduzindo novas modalidades de geração distribuída, tais como a geração compartilhada.
- D) A Lei n.º 14.300, de 2022, instituiu o marco legal da microgeração e da minigeração, o sistema de compensação de energia elétrica e o programa de energia renovável social.
- E) Conforme a Lei n.º 14.300, de 2022, a minigeração distribuída é definida como a central geradora que possua potência instalada, em corrente alternada, maior que 75 kW e menor ou igual a 3 MW para as fontes não despacháveis.

Justificativa

De acordo com a legislação atual, a energia gerada de forma distribuída pelos sistemas fotovoltaicos não pode ser comercializada, mas sim o seu excedente pode ser injetado na rede de distribuição, sendo que o consumidor pode receber créditos. Este sistema é chamado de sistema de compensação de energia e foi criado inicialmente pela Resolução Aneel n.º 482/2012, e depois aperfeiçoado pela Lei n.º 14.300/2022. A minigeração distribuída foi definida pela Lei 14.300/2022, sendo classificada de 75 kW até 3 MW para as fontes não despacháveis, como é a geração distribuída fotovoltaica.

Referência

Advogado

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

13) Amanda, Bruna e Camila ganharam um prêmio em dinheiro por formarem a equipe com o melhor rendimento trimestral na empresa em que trabalham. Elas resolveram dividir o prêmio de R\$12.580,00 em partes inversamente proporcionais aos seus salários. O salário de Amanda equivale a 8 salários-mínimos, o de Bruna, a 10 salários-mínimos e o de Camila a 12 salários-mínimos. Quanto coube a Camila receber do prêmio?

- A) R\$ 3.352,00.
- B) R\$ 3.400,00.
- C) R\$ 4.080,00.
- D) R\$ 5.028,00.
- E) R\$ 5.100,00.

Justificativa

Se o valor do prêmio é dividido em partes inversamente proporcionais aos salários, temos:

Amanda + Bruna + Camila = 12.580.

Amanda, Bruna e Camila são inversamente proporcionais aos números 8, 10 e 12, respectivamente.

Assim,

$$\text{Amanda} = \frac{k}{8}, \text{Bruna} = \frac{k}{10}, \text{Camila} = \frac{k}{12}.$$

Substituindo esses valores na equação Amanda + Bruna + Camila = 12.580, obtemos:

$$\frac{k}{8} + \frac{k}{10} + \frac{k}{12} = 12.580$$

$$\left(\frac{1}{8} + \frac{1}{10} + \frac{1}{12}\right)k = 12.580$$

$$\left(\frac{15+12+10}{120}\right)k = 12.580$$

$$\left(\frac{37}{120}\right)k = 12.580$$

$$k = 40.800$$

Então,

$$\text{Camila} = \frac{k}{12} = \frac{40.800}{12} = 3.400$$

Referência

SILVEIRA, Ênio. **Matemática**: compreensão e prática. 3. ed. Moderna, 2015.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Proporção
Tópico do Conteúdo	Sequências de números inversamente proporcionais

14) Entre 10 moradores de um condomínio, quatro afirmam ter animais domésticos. Três moradores são escolhidos ao acaso. Qual a probabilidade de pelo menos dois terem animais domésticos?

- A) 1/2.
- B) 1/3.
- C) 1/4.
- D) 2/3.
- E) 3/4.

Justificativa

Se três moradores são escolhidos ao acaso entre os 10, então temos um total de possibilidades formado por uma combinação.

$$\binom{10}{3} = 120.$$

O evento A que nos interessa é formado por todas as combinações tais que, em cada uma, há 2 ou 3 moradores que afirmam ter animais domésticos.

$$A = \binom{4}{2}\binom{6}{1} + \binom{4}{3} = 40. \text{ Assim,}$$

$$P(A) = \frac{40}{120} = \frac{1}{3}$$

Referência

HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar, 5**: combinatória, probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Estatística e probabilidade
Tema	Probabilidade
Tópico do Conteúdo	Probabilidade de um evento num espaço equiprovável

15) Ao comprar um produto à vista, obtive um desconto de R\$ 125,00, que corresponde a 12% do preço original. O valor pago pelo produto foi de:

- A) R\$ 937,50.
- B) R\$ 967,50.
- C) R\$ 1.041,66.
- D) R\$ 1.040,00.
- E) R\$ 1.166,66.

Justificativa

O valor pago pelo produto corresponde a 90% do valor original, logo:

$$12\% \longrightarrow \text{R}\$125,00$$

$$90\% \longrightarrow (\text{valor pago})$$

$$(\text{valor pago}) = (125 \times 90) / 12$$

$$(\text{valor pago}) = \text{R}\$937,50$$

Referência

SILVEIRA, Ênio. **Matemática**: compreensão e prática. 3. ed. Moderna, 2015.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra

Tema	Porcentagens
Tópico do Conteúdo	Descontos e acréscimos

16) Uma pesquisa de opinião coletou dados de x indivíduos. Entre os participantes, 32% eram mulheres. Entre os homens, 75% possuíam nível universitário. Qual alternativa representa, em função de x , a quantidade de homens entrevistados que não possuem formação universitária?

- A) $0,83x$
- B) $0,08x$
- C) $0,2176x$
- D) $0,24x$
- E) $0,17x$

Justificativa

De acordo com o enunciado, há $0,32x$ mulheres, logo a porcentagem de homens é $0,68x$. Entre os homens, 75% têm nível universitário, logo 25% não. Assim, o número de homens sem formação universitária é: $(0,25)0,68x = 0,17x$.

Referência

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar, 11**: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Porcentagens
Tópico do Conteúdo	Porcentagens

17) Um fotógrafo profissional precisa organizar suas fotos de acordo com a data em que foram tiradas. Assinale a alternativa **CORRETA**, que apresenta a ferramenta do Windows a qual ele pode utilizar para realizar essa tarefa de forma eficiente.

- A) Prompt de Comando.
- B) Gerenciador de Arquivos.
- C) **Explorador de Arquivos (com visualização em detalhes).**
- D) Painel de Comando.
- E) Software de Edição de Fotos.

Justificativa

A alternativa C é a correta, pois o Explorador de Arquivos no Windows oferece uma visualização em detalhes que permite visualizar e organizar arquivos por diferentes colunas, incluindo a data de criação. Essa funcionalidade é ideal para organizar fotos por data, pois permite visualizar rapidamente a data em que cada foto foi tirada e agrupá-las de acordo com essa informação.

A alternativa A está incorreta, pois o Prompt de Comando é uma ferramenta baseada em texto, que pode ser utilizada para executar comandos e automatizar tarefas. Embora seja possível organizar arquivos por data usando o Prompt de Comando, o processo seria mais complexo e menos intuitivo do que usar o Explorador de Arquivos.

A alternativa B está incorreta, pois o Gerenciador de Arquivos é um termo genérico que pode se referir a diferentes ferramentas de gerenciamento de arquivos, incluindo o Explorador de Arquivos. A resposta não especifica qual ferramenta específica do Gerenciador de Arquivos seria a mais adequada para a tarefa.

A alternativa D está incorreta, pois o Painel de Controle fornece acesso a diversas configurações do sistema Windows, mas não possui funcionalidades específicas para organizar arquivos.

A alternativa E está incorreta, pois Softwares de edição de fotos geralmente focam na edição e manipulação de imagens, e não em sua organização. Embora alguns softwares possam oferecer recursos de organização por data, o Explorador de Arquivos do Windows já fornece essa funcionalidade de forma integrada.

Referência

CUNHA, R. O. **Windows 10 do Zero**. Editora Ricardo Oliveira, 2022.
RATHBONE, A. **Windows 10 para Leigos**. Alta Books, 2016.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Microsoft Word
Tema	Barra de Ferramentas do Word
Tópico do Conteúdo	Comandos do Word

18) Uma empresa de marketing digital está explorando o uso de inteligência artificial (IA) generativa para melhorar suas campanhas publicitárias. A equipe está discutindo como essa tecnologia pode ser utilizada para criar conteúdo personalizado e interativo para seus clientes, além de otimizar o processo criativo, economizando tempo e recursos. Assinale a alternativa **CORRETA**, que traz a aplicação da IA generativa mais adequada para uma empresa de marketing digital que deseja melhorar suas campanhas publicitárias.

- A) Usar IA generativa para produzir e-mails de marketing altamente personalizados e segmentados.
- B) Utilizar IA generativa para criar estratégias de SEO (Search Engine Optimization) personalizadas.
- C) Implementar IA generativa para gerenciar o atendimento ao cliente via chatbots.
- D) Aplicar IA generativa para automatizar processos de recrutamento e seleção de novos funcionários.
- E) Empregar IA generativa para desenvolver softwares de contabilidade interna.

Justificativa

A alternativa A é a correta, pois a IA generativa pode analisar grandes volumes de dados sobre os comportamentos e preferências dos clientes, criando e-mails de marketing altamente personalizados e segmentados, o que pode aumentar significativamente as taxas de abertura e engajamento. Esta aplicação alinha-se diretamente com o objetivo da empresa de melhorar suas campanhas publicitárias, tornando-as mais eficazes e atraentes para o público-alvo.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a IA possa ajudar na análise de dados e na geração de insights para SEO, essa tarefa geralmente requer uma compreensão mais profunda dos algoritmos de busca e tendências, algo que vai além das capacidades típicas da IA generativa focada na criação de conteúdo.

A alternativa C está incorreta, pois, embora os Chatbots baseados em IA sejam úteis para atendimento ao cliente, isso não está diretamente relacionado com a melhoria de campanhas publicitárias. O foco aqui é na interação e suporte ao cliente, não na criação de conteúdo publicitário.

A alternativa D está incorreta, pois, embora a automação de recrutamento e seleção possa ser beneficiada pela IA, isso não contribui diretamente para o objetivo de melhorar campanhas publicitárias, que é a necessidade específica da empresa de marketing digital.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação da IA na contabilidade interna está fora do escopo das campanhas publicitárias e do marketing digital. Esse uso é mais voltado para a eficiência operacional interna da empresa, não para a criação de conteúdo de marketing.

Referência

CARRARO, F. **Inteligência Artificial e Chat GPT**. Casa do Código – Alura, 2023.

LEÃO, L. **Inteligência Artificial Generativa: modo de usar**. Clube dos Autores, 2023. e-book.

MOURA, F. **Futuro da IA Generativa**. Clube dos Autores, 2023.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Business Intelligence
Tema	Inteligência Artificial
Tópico do Conteúdo	Inteligência Artificial Generativa

19) Durante um treinamento interno, os funcionários de uma empresa estão aprendendo a usar o Excel para melhorar suas habilidades em análise de dados. O instrutor explica a diferença entre fórmulas e funções e demonstra como usá-las para realizar cálculos e análises de forma eficiente. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o uso da função PROCV no Excel.

- A) A função PROCV é usada para concatenar (juntar) texto de várias células em uma única célula.
- B) A função PROCV é usada para calcular a média de um intervalo de células.
- C) A função PROCV é empregada para contar o número de células que contêm números em um intervalo.
- D) A função PROCV é utilizada para procurar um valor em uma coluna e retornar um valor em uma linha correspondente.
- E) A função PROCV é utilizada para aplicar formatação condicional com base em critérios específicos.

Justificativa

A alternativa D é a correta, pois a função VLOOKUP (Vertical Lookup) no Excel é usada para procurar um valor específico em uma coluna (primeira coluna de um intervalo) e retornar um valor na mesma linha de uma coluna especificada. É amplamente utilizada para buscar dados em tabelas organizadas verticalmente.

A alternativa A está incorreta, pois a função usada para concatenar texto de várias células é a função CONCATENATE (ou CONCAT no Excel mais recente), e não a VLOOKUP.

A alternativa B está incorreta, pois a função utilizada para calcular a média de um intervalo de células é a função AVERAGE, não a VLOOKUP. A VLOOKUP é especificamente para buscas de valores.

A alternativa C está incorreta, pois a função COUNT é usada para contar o número de células que contêm números em um intervalo. A VLOOKUP não realiza contagens.

A alternativa E está incorreta, pois a formatação condicional é uma funcionalidade do Excel que permite aplicar formatação a células que atendem a certos critérios, mas não é realizada pela função VLOOKUP. A formatação condicional é configurada através da ferramenta específica no menu "Formatação Condicional".

Referência

GONÇALVES, R. **O Grande Livro do Excel** – intermediário e avançado. Camelot Editora, 2021.

JELÉN, B., SYRSTAD, T., AMORIM, R. **Microsoft Excel 2019: VBA e Macros**. Alta Books, 2021.

SABINO, R. **Excel Básico para o mundo do trabalho**. SENAC São Paulo, 2019.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Excel
Tema	Ferramentas do Excel
Tópico do Conteúdo	Fórmulas

20) Uma empresa de tecnologia está realizando um workshop para seus funcionários sobre segurança cibernética, e um dos temas refere-se aos diferentes tipos de ameaças digitais, destacando suas características e impactos no ambiente corporativo. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a ameaça que se caracteriza por sequestrar dados, exigindo um resgate financeiro para liberar o acesso a esses dados.

- A) Spyware.
- B) Ransomware.
- C) Vírus.
- D) Malware.
- E) Phishing.

Justificativa

A alternativa B é a correta, pois Ransomware é um tipo de malware que criptografa os dados da vítima e exige um pagamento (resgate) para liberar o acesso a esses dados. Ele é projetado especificamente para extorquir dinheiro das vítimas, tornando seus arquivos inacessíveis até que o resgate seja pago.

A alternativa A está incorreta, pois Spyware é um tipo de software malicioso que se infiltra em um sistema para coletar informações sobre o usuário sem o seu conhecimento. Ele monitora e transmite dados como hábitos de navegação, credenciais de login e outras informações sensíveis, mas não sequestra dados para exigir resgate.

A alternativa C está incorreta, pois Vírus é um tipo de malware que se replica e se espalha para outros arquivos ou programas dentro de um sistema. Ele pode danificar arquivos e sistemas, mas sua principal característica não é exigir um resgate financeiro.

A alternativa D está incorreta, pois o Malware é um termo genérico que engloba qualquer software malicioso, incluindo vírus, spyware, ransomware e outros. Embora ransomware seja uma categoria de malware, o termo "malware", por si só, não especifica o sequestro de dados e a exigência de resgate.

A alternativa E está incorreta, pois Phishing é uma técnica de engenharia social usada para enganar as pessoas para fornecerem informações sensíveis, como senhas e números de cartão de crédito, geralmente através de e-mails falsos ou sites fraudulentos. Não envolve o sequestro de dados e a exigência de resgate.

Referência

MITNICK, K.; SIMON, W.L. **A arte de enganar ataques de hackers**: controlando o fator humano na segurança da informação. Pearson Universidades, 2003.

WEIDMAN, G. **Testes de invasão**: uma introdução prática ao hacking. Novatec Editora, 2014.

WINDT, E., JORGE, H. **Crimes Cibernéticos**: ameaças, procedimentos e investigação. 3. ed. Brasport, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Segurança da Informação
Tema	Conceitos e Definições
Tópico do Conteúdo	Ameaças mais comuns

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Com o nascimento com vida surge a pessoa natural, momento em que se torna titular de direitos e deveres, podendo desta feita, adquirir direitos e contrair obrigações. A respeito do instituto da pessoa natural é avalie as afirmativas abaixo.

- I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- II. A menoridade cessa somente quando a pessoa completa 18 (dezoito) anos de idade.
- III. A emancipação é antecipaçãõ da maioridade civil.
- IV. As pessoas menores de 16 (dezesesseis) anos são absolutamente incapazes.

São afirmativas **CORRETAS**:

- A) II e IV apenas.
- B) I e II apenas.
- C) I, III e IV apenas.
- D) I e III apenas.
- E) **I, II e IV apenas.**

Justificativa

A alternativa CORRETA está devidamente fundamentada na lei positiva a respeito da matéria, não havendo margem para interpretação diversa. No caso em tela aplicam-se os artigos 1º, 3º e 5º do Código Civil brasileiro.

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acessado em 18/05/2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Civil
Eixo Temático	Das Pessoas
Tema	Pessoa Natural
Tópico do Conteúdo	Pessoa Natural; Maioridade; Emancipação; Capacidade Civil.

22) Com relação à teoria dos fatos jurídicos assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) **Os atos ilícitos são considerados atos jurídicos lato senso, ou seja, trata-se de uma ação humana que gera um resultado jurídico, criando nesta perspectiva o dever de indenizar por parte do causador do dano.**
- B) Catástrofes naturais como as que assolaram recentemente o estado do Rio Grande do Sul são considerados atos jurídicos *stricto sensu*, vez que o resultado jurídico se dá por força alheia a vontade dos agentes, tratando-se de hipótese de caso fortuito e força maior.
- C) Entende-se por prescrição a perda do direito, situação em que uma das partes por não ter ajuizado a ação no prazo estabelecido em lei vê-se impedida de exigir uma prestação devido a sua inércia.
- D) Entende-se como negócio jurídico a manifestação de vontade de determinada pessoa, sendo que o resultado desta manifestação fica adstrito à lei, como por exemplo na emancipação voluntária, onde os pais consentem tal ato, contudo, a lei disciplina seu conteúdo, não sendo possível a gerência dos pais no que tange os efeitos jurídicos de tal instituto.
- E) Os atos ilícitos por serem geradores de dano moral ou material a alguém são considerados atos-fatos jurídicos, hipótese em que o resultado jurídico independe da vontade do agente.

Justificativa

Os fatos jurídicos humanos são tratados pela literatura civilista como atos jurídicos lato senso, ou seja, toda ação humana provocadora de resultado jurídico, seja criando, modificando ou extinguindo uma relação jurídica integra este sistema, o que acontece, portanto, com os atos ilícitos, cujo resultado danoso gera o dever de indenizar por parte do causador do prejuízo.

Referência

Coelho, Luciana de Carvalho Paulo; dos Santos, Luís Gustavo. **Notas de Direito Civil**. Parte Geral. Editora Habitus, 2020, p. 49 a 51.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Civil
Eixo Temático	Dos Fatos Jurídicos. Dos Atos Jurídicos. Dos Atos Ilícitos. Da Prescrição.
Tema	Teoria dos Fatos Jurídicos
Tópico do Conteúdo	Fatos Jurídicos Lato Senso; Atos Ilícitos; Negócios Jurídicos; Prescrição.

23) Nicanor, advogado, vendeu seu carro para Baltazar, veterinário. Dias após a aquisição do automóvel Baltazar percebeu que o veículo apresentava um significativo vazamento de óleo. Neste caso será possível que Baltazar se utilize do _____, requerendo a _____ do contrato ou o _____ vez que a relação estabelecida se deu entre particulares.

A alternativa que representa o preenchimento **CORRETO** das lacunas acima é:

- A) Código de Defesa do Consumidor; devolução dos valores pagos abatimento no preço.
- B) Código de Defesa do Consumidor; redibição; abatimento no preço.
- C) **Código Civil; redibição; abatimento no preço.**
- D) Código Civil; restituição dos valores pagos; abatimento proporcional no preço.
- E) Código de Defesa do Consumidor; redibição; abatimento no preço.

Justificativa

A alternativa CORRETA está devidamente fundamentada na lei positiva conforme artigos 441 e 442 do Código Civil, sendo vedada a utilização do Código de Defesa do Consumidor por não se fazerem presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º daquele diploma legal.

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acessado em 18/05/2024

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm. Acessado em 18/05/2024

Nível	Superior
Disciplina	Direito Civil
Eixo Temático	Das Pessoas
Tema	Do Código de Defesa do Consumidor.
Tópico do Conteúdo	Teoria Geral do Contratos. Vícios Redibitórios.

24) Faça a associação entre as duas colunas tendo como base o direito das obrigações.

1	Trata-se de modalidade de obrigação negativa.	()	Obrigação de dar coisa incerta.
2	Espécie de obrigação em que antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito	()	Obrigação de não fazer.
3	Modalidade obrigacional em que se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor.	()	Obrigação de fazer fungível.
4	Obrigação que comporta multiplicidade de objetos (prestações), distintas e independentes, em que a obrigação se extingue pelo cumprimento de qualquer uma destas prestações, ficando a escolha em regra	()	Obrigação alternativa.

com o devedor e excepcionalmente com o credor.

A alternativa que representa a sequência **CORRETA** de cima para baixo é:

- A) 2; 3; 1; 4
- B) 4; 1; 3; 2
- C) 2; 1; 3; 4
- D) 3; 2; 4; 1
- E) 2; 1; 4; 3

Justificativa

A alternativa CORRETA está devidamente fundamentada na lei positiva conforme artigos 243, 249, 250 e 252 do Código Civil

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acessado em 18/05/2024

Nível	Superior
Disciplina	Direito Civil
Eixo Temático	Das Obrigações
Tema	Modalidades Obrigacionais
Tópico do Conteúdo	Obrigações de dar coisa incerta; não fazer; alternativa; fazer fungível

25) A posse como se sabe não é um direito real, contudo, tem enorme importância no direito das coisas e vários são os seus efeitos. Em relação aos efeitos da posse, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos e pendentes.
- II. O possuidor de má-fé tem direito a ser indenizado pelas benfeitorias necessárias, bem como ao direito de retenção em relação a estas.
- III. O possuidor de má-fé não tem responsabilidade civil pela perda do objeto na hipótese de ser possível demonstrar que a perda se daria do mesmo modo na posse do reivindicante, rompendo-se desta forma o nexo de causalidade.
- IV. A posse pode ser protegida através da autotutela. Tal meio de defesa consiste na legítima defesa da posse quando da ocorrência de turbação e do desforço imediato da hipótese da ocorrência de esbulho.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Apenas I, III e IV.
- B) Apenas II, III e IV.
- C) Apenas III.
- D) Apenas IV.
- E) Apenas III e IV.

Justificativa

A alternativa CORRETA está devidamente fundamentada na lei positiva conforme artigos 1.210 a 1.222 do Código Civil

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acessado em 18/05/2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Civil
Eixo Temático	Das coisas
Tema	Efeitos da Posse
Tópico do Conteúdo	Proteção possessória; frutos; benfeitorias; perda e deterioração

26) Joaquina, residente e domiciliada em Joinville, ajuizou ação de indenização pelo procedimento comum contra João, residente e domiciliado em Curitiba e Pedro, residente e domiciliado em Criciúma. Na petição inicial, pleiteia a autora, a quantia de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de dano material e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de dano moral. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa **CORRETA**, conforme o disposto no Código de Processo Civil:

- A) Ainda que se trate de processo que tramita em autos eletrônicos, se João e Pedro contratarem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações.
- B) O pedido de indenização por dano material e moral apresentado pela autora é considerado alternativo, já que pela natureza da obrigação, os devedores podem cumprir a prestação de mais de um modo.
- C) Se os requeridos pretenderem formular um pedido contra a autora, poderão propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Entretanto, os réus somente podem propor a reconvenção se oferecerem também a contestação.
- D) **A competência para propositura da ação será do foro de domicílio de qualquer um dos réus, cabendo tal escolha à autora Joaquina.**
- E) Segundo o CPC, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. O efeito da revelia será aplicado pelo juiz mesmo se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

Justificativa

A alternativa apontada como CORRETA expressa o teor do artigo 46 e seu § 4º, ao dispor que a ação fundada em direito pessoal, na qual se inclui a ação de indenização, será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. E, havendo dois ou mais réus com diferentes domicílios, no presente caso, João (Curitiba) e Pedro (Criciúma), serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor, no caso em foco, Joaquina. As demais alternativas apresentam informações divergentes com o disposto na legislação processual civil, tornando-as INCORRETAS.

Referência

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art932iii Acessado em Maio/2024

Nível	Superior
Disciplina	Direito Processual Civil
Eixo Temático	Parte Geral do Processo Civil; Do Processo de Conhecimento; Do Procedimento Comum
Tema	Da Função Jurisdicional; Da Petição Inicial; Da Contestação; Da Reconvenção; Providências Preliminares; Dos Atos Processuais
Tópico do Conteúdo	Competência; Pedidos; Contestação e Reconvenção; Revelia; Prazos Processuais

27) Considerando as modalidades de intervenção de terceiros, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) É obrigatória a denunciação da lide, promovida somente pelo autor, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- B) **Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.**
- C) É admissível o chamamento ao processo, promovido por qualquer das partes, do fiador, na ação em que o devedor for réu.
- D) Segundo o Código de Processo Civil, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado de ofício pelo Juiz, a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- E) Admitida a participação, em um processo, de um terceiro como *amicus curie*, tal intervenção implica em eventual alteração de competência e autoriza a interposição de qualquer recurso pelo terceiro interveniente.

Justificativa

A alternativa apontada como CORRETA expressa o teor do artigo 119 do CPC, que autoriza o ingresso de um terceiro no processo, como assistente, desde que comprove a existência de interesse jurídico de que a sentença seja favorável a qualquer das partes litigantes. As demais alternativas, que contemplam as outras modalidades de intervenção de

terceiros, apresentam informações divergentes com o disposto na legislação processual civil, tornando-as INCORRETAS.

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art932iii Acessado em Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Processual Civil
Eixo Temático	Parte Geral do Processo Civil
Tema	Do Litisconsórcio e da Assistência, Da Intervenção de Terceiros
Tópico do Conteúdo	Assistência; Denúnciação da Lide; Chamamento ao Processo; Desconsideração da Personalidade Jurídica; <i>Amicus Curiae</i> .

28) Considerando o atual sistema de Tutelas Provisórias previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência, seja cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- B) A tutela provisória de evidência, nos termos do Código de Processo Civil, somente será concedida quando presentes os elementos que demonstrem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- C) Requerida a tutela antecipada de forma antecedente, uma vez concedida a providência de urgência reclamada, compete ao autor, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final.
- D) Interposta petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente, o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir. Não contestado, por se tratar de pedido cautelar, não serão aplicados os efeitos da revelia.
- E) Em todas as situações previstas no Código de Processo Civil, a tutela provisória de evidência poderá ser concedida liminarmente, antes mesmo da manifestação do réu.

Justificativa

A alternativa apontada como CORRETA expressa o teor do artigo 294 e seu parágrafo único, do CPC. Isto porque, inaugurando o novo sistema de tutelas provisórias, estabelece a legislação processual civil que a tutela provisória pode tanto fundamentar-se na urgência quanto na evidência. Ainda, informa que a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. As demais alternativas, que contemplam demais peculiaridades das tutelas provisórias, de evidência ou urgência, apresentam informações divergentes com o disposto na legislação processual civil, tornando-as INCORRETAS.

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art932iii Acessado em Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Processual Civil
Eixo Temático	Parte Geral do Processo Civil
Tema	Da Tutela Provisória
Tópico do Conteúdo	Tutela Provisória de Evidência; Tutela Provisória de Urgência: antecipada ou cautelar; Tutela de Urgência antecedente ou incidental

29) Considerando o atual sistema recursal previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso interposto.
- B) Todas as decisões interlocutórias proferidas pelo juiz são passíveis de ser recorridas através de agravo de instrumento.

- C) A apelação será sempre recebida no efeito suspensivo, ainda que interposta contra sentença que condena o réu ao pagamento de alimentos.
- D) **As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.**
- E) Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente e será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

Justificativa

A alternativa apontada como CORRETA expressa o teor do artigo 1009 em seu § 1º. Isto porque, no atual sistema recursal, previsto no CPC, nem todas as questões resolvidas pelo juiz na fase de conhecimento são recorríveis através de agravo de instrumento, sendo possível ao final recorrer, em preliminar de apelação ou contrarrazões, já que não ocorre a preclusão. As demais alternativas, que contemplam demais peculiaridades sobre os recursos em geral, apresentam informações divergentes com o disposto na legislação processual civil, tornando-as INCORRETAS.

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art932iii Acessado em Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Processual Civil
Eixo Temático	Dos Recursos
Tema	Disposições gerais sobre os recursos; Da apelação e do agravo de instrumento
Tópico do Conteúdo	Apelação; Agravo de Instrumento; Recurso Adesivo; Efeito Suspensivo; Desistência

- 30) Considerando o disposto no Código de Processo Civil, acerca do Processo de Execução de Título Executivo Extrajudicial, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) **Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta do executado que, dentre outras, dificulta ou embaraça a realização da penhora. Configurada a conduta, o juiz fixará multa de até 20% do valor atualizado do débito em execução, que será revertida ao exequente.**
 - B) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva. Se já opostos os embargos à execução pelo devedor, independentemente da matéria de defesa apresentada, serão os embargos extintos sem resolução do mérito, independentemente da concordância do executado, com isenção das custas processuais e dos honorários advocatícios.
 - C) É nula a execução se o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível. A nulidade será pronunciada pelo juiz desde que requerida pelo executado através de embargos à execução, não se admitindo o reconhecimento de ofício.
 - D) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, em 15 (quinze) dias, cumprir a obrigação sob pena de multa. O valor da multa não poderá ser alterado pelo juiz, ainda que no curso do processo se revele insuficiente ou excessivo.
 - E) Na execução por quantia certa, ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 10%, a serem pagos pelo executado. No caso de integral pagamento da dívida, no prazo de 3 (três) dias, fica o executado isento da obrigação de efetuar o pagamento dos honorários advocatícios anteriormente fixados.

Justificativa

A alternativa apontada como CORRETA expressa o teor do artigo 774, inciso III e seu parágrafo único. Isto porque, dentre outras listadas, a conduta do devedor que dificulta ou embaraça a realização do ato de penhora é considerada ato atentatório à dignidade da justiça e tem como consequência a fixação de multa de até 20% sobre o valor atualizado do débito exequendo, tendo como beneficiário o exequente. As demais alternativas, que contemplam demais peculiaridades sobre o processo de execução de título executivo extrajudicial, apresentam informações divergentes com o disposto na legislação processual civil, tornando-as INCORRETAS.

Referência

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art932iii Acessado em Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Processual Civil
Eixo Temático	Do Processo de Execução
Tema	Disposições gerais sobre o processo de execução de título executivo extrajudicial; Execução de obrigação de entrega de coisa; Execução de quantia certa.
Tópico do Conteúdo	Ato atentatório à dignidade da justiça no processo de execução; desistência do processo de execução; nulidade do processo de execução; multa no processo de execução de obrigação de entrega de coisa; honorários advocatícios no processo execução por quantia certa e sua redução em caso de pagamento da dívida exequenda

31) Segundo o disposto no Decreto 24.643/34 (Código das Águas) assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Em todos os aproveitamentos de energia hidráulica serão satisfeitas exigências acauteladoras dos interesses gerais da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas, mas não da proteção contra as inundações.
- B) Entendem-se por potência, segundo o Código das Águas, a que é dada pelo produto da altura da queda pela descarga máxima de derivação concedida ou autorizada.
- C) O aproveitamento industrial das quedas de águas e outras fontes de energia hidráulica, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-há pelo regime de autorizações e concessões instituído pelo Código das Águas.
- D) São águas públicas de uso comum, entre outras, as fontes e reservatórios públicos.
- E) São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns.

Justificativa

Alternativa A) está errada, pois afronta o texto literal do art. 143, alínea “e” do Decreto 24.643/34.

As demais alternativas estão todas CORRETAS, conforme o texto literal do Decreto 24.643/34 em seus arts. 2º, alínea “d”, 8º, 139, 142.

Referência

Decreto 24.643/34. Disponível em D24643compilado (planalto.gov.br). Acessado em Maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito de Energia Elétrica
Eixo Temático	Código das Águas
Tema	Código das Águas
Tópico do Conteúdo	Código das Águas

32) Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, conforma o disposto na Lei 8.987/95, assina a alternativa **INCORRETA**.

- A) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- B) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Por sua vez, a atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- C) As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- D) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- E) Considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, exclusivamente, na modalidade concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Justificativa

Alternativa E) está errada, pois viola a literalidade do inciso II do art. 2º da Lei 8.987/95 que inclui o diálogo competitivo. As demais alternativas estão todas CORRETAS, conforme literalidade do art. 6º, §1º, §2º; art. 13; art. 25 e art. 32 da Lei 8.987/95.

Referência

Lei 8.987/95. Disponível em [L8987consol \(planalto.gov.br\)](http://L8987consol(planalto.gov.br)) . Acessado em Maio/2024

Nível	Superior
Disciplina	Direito de Energia Elétrica
Eixo Temático	Concessão e Permissão conforme Lei 8.987/95
Tema	Concessão e Permissão conforme Lei 8.987/95
Tópico do Conteúdo	Concessão e Permissão conforme Lei 8.987/95

33) Sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica, conforme o texto da Lei 9.427/96, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A interrupção no fornecimento de energia elétrica pela empresa prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica, observados requisitos legais, importa na aplicação de multa em benefício dos usuários finais que forem diretamente prejudicados, na forma do regulamento.
- B) Compete ao Poder Concedente elaborar o plano de outorgas, definir as diretrizes para os procedimentos licitatórios e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos.
- C) O regime econômico e financeiro da concessão de serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido no respectivo contrato, compreende, entre outros, a contraprestação pela execução do serviço, paga pelo consumidor final com tarifas baseadas no serviço pelo preço, nos termos da Lei 8.987/95.
- D) **Compete a ANEEL regular o serviço concedido, permitido e autorizado e fiscalizar permanentemente sua prestação, mas não definir adicional de tarifas de uso específico das instalações de interligações internacionais para exportação e importação de energia elétrica, visando à modicidade tarifária dos usuários do sistema de transmissão ou distribuição.**
- E) A suspensão, por falta de pagamento, do fornecimento de energia elétrica a consumidor que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo será comunicada com antecedência de quinze dias ao Poder Público local ou ao Poder Executivo Estadual. O Poder Público que receber a comunicação adotará as providências administrativas para preservar a população dos efeitos da suspensão do fornecimento de energia elétrica, inclusive dando publicidade à contingência, sem prejuízo das ações de responsabilização pela falta de pagamento que motivou a medida.

Justificativa

Alternativa D) está errada. Há a indicação CORRETA do inciso XIX do art. 3º da Lei 9.427/96, mas viola o inciso XX, do art. 3º, da Lei 9.427/96, quando nega o seu teor.

As demais alternativas estão todas CORRETAS, conforme literalidade do art. 3º-A, I; art. 14, I; art. 16-A; art. 17, *caput*, e seu §1º, todos da Lei 9.427/96.

Referência

Lei 9.427/96. Disponível em [L9427consol \(planalto.gov.br\)](http://L9427consol(planalto.gov.br)). Acessado em Maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito de Energia Elétrica
Eixo Temático	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica, conforme o texto da Lei 9.427/96.
Tema	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica, conforme o texto da Lei 9.427/96.
Tópico do Conteúdo	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica, conforme o texto da Lei 9.427/96.

34) Sobre a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, conforme o disposto na Lei 9.074/95, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) As concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água serão contratadas ou outorgadas, conforme esta legislação e, também, da Lei nº 8.987/95, e, não admitirão prorrogação.
- B) As concessões de transmissão e de distribuição de energia elétrica, contratadas a partir da Lei 9.074/95, terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a trinta anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado no máximo por igual período, a critério do poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.
- C) As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional – SIN não poderão desenvolver atividades de geração de energia elétrica.
- D) As concessionárias e as autorizadas de geração de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional – SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.
- E) As concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum que, reunidas, atendam a critérios de racionalidade operacional e econômica, conforme regulamento, poderão solicitar o reagrupamento das áreas de concessão com a unificação do termo contratual.

Justificativa

Alternativa A) está errada, pois viola a literalidade do art. 4º, *caput*, da Lei 9.074/95.

As demais alternativas estão todas CORRETAS, conforme art. 4º, §3º; art. 4º, §5º, I; art. 4º, §7º; art. 4º-B, todos da Lei 9.074/95.

Referência

Lei 9.074/95. Disponível em L9074CONSOL (planalto.gov.br). Acesso em Maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito de Energia Elétrica
Eixo Temático	Outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, conforme o disposto na Lei 9.074/95
Tema	Outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, conforme o disposto na Lei 9.074/95
Tópico do Conteúdo	Outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, conforme o disposto na Lei 9.074/95

35) Sobre regulação e intervenção do Estado na economia, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Repressão ao abuso do poder econômico, fomento, exploração direta de atividade econômica e regulação podem ser indicados como meios de intervenção estatal na economia.
- B) São fundamentos da ordem econômica brasileira a valorização do trabalho humano e a livre-iniciativa.
- C) A livre-iniciativa se traduz na liberdade de empreender atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, ressalvados os casos exigidos em lei.
- D) O Estado pode intervir na economia de forma direta e indireta. O primeiro caso se traduz na atuação do Estado como produtor de bens e serviços. No segundo caso, o Estado atua mediante a imposição de normas, regulação e fomento, por exemplo.
- E) A valorização do trabalho humano, como fundamento da ordem econômica brasileira, não admite a intervenção do Estado para a concretização de Direitos do trabalhador.

Justificativa

Alternativa E) está errada, pois conforme Rafael Carvalho Rezende Oliveira (Capítulo 19 de sua obra): “*valorização do trabalho humano: proteção do trabalhador, o que sugere intervenção estatal para sua efetivação*”. (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021, p. 1032).

As demais alternativas estão todas CORRETAS, conforme a obra citada em seu capítulo 19. (ver ainda o art. 170, parágrafo único, e o art. 174, ambos da CRFB/88).

Referência

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Direito de Energia Elétrica
Eixo Temático	Regulação e intervenção do Estado na economia.
Tema	Regulação e intervenção do Estado na economia.
Tópico do Conteúdo	Regulação e intervenção do Estado na economia.

36) Sobre os princípios da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O princípio da proporcionalidade divide-se em três subprincípios, a saber: adequação ou idoneidade, necessidade ou exigibilidade e proporcionalidade em sentido estrito.
- B) **A autotutela administrativa prescinde o respeito à segurança jurídica ou a boa-fé dos particulares.**
- C) A vedação da promoção pessoal como princípio constitucional aplicável aos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública brasileira, é considerada uma aceção do princípio da impessoalidade.
- D) O princípio da legalidade na doutrina clássica de Direito Administrativo é concebido como a determinação de que a atuação do gestor público depende de previsão legal para ser legítima.
- E) A vedação da prática do Nepotismo no âmbito da Administração Pública brasileira se traduz em exemplo de concretização do princípio da moralidade.

Justificativa

Alternativa B) está errada pois “A autotutela administrativa encontra limites importantes que são impostos pela necessidade de respeito à segurança jurídica e à boa-fé dos particulares”. (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021, p. 118). Portanto, segurança jurídica e boa-fé dos particulares são imprescindíveis.

As demais assertivas estão todas CORRETAS, conforme doutrina.

Referência

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021

Nível	Superior
Disciplina	Direito Administrativo
Eixo Temático	Princípios da Administração Pública brasileira.
Tema	Princípios da Administração Pública brasileira.
Tópico do Conteúdo	Princípios da Administração Pública brasileira.

37) Analise e julgue as assertivas abaixo que tratam da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa, LIA). Identifique as **CORRETAS**.

- I. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, pode ensejar a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- II. A petição inicial da ação de improbidade poderá, a critério de seu autor, individualizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência dos atos ímprobos e de sua autoria.
- III. Se houver mais de um réu na ação de improbidade, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
- IV. A ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- V. É dever legal do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.

Assinale a alternativa em que todas as assertivas estão **CORRETAS**.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) **Apenas III, IV e V estão corretas.**
- C) Apenas a assertiva I.
- D) Apenas I, II e IV estão corretas.
- E) Apenas II e V estão corretas.

Justificativa

Alternativa B) está CORRETA, pois apenas as assertivas III, IV e V são CORRETAS. Os erros residem nas assertivas I e II.

I – Esta assertiva viola o texto literal do art. 1º, §3º, da LIA.

II – Esta assertiva viola o texto literal do art. 17, §6º, I, da LIA.

III – CORRETA. Art. 16, §5º, da LIA.

IV – CORRETA. Art. 23 da LIA

V – CORRETA. Art. 23-A da LIA

Referência

Lei 8.429/92. Disponível em L8429 (planalto.gov.br). Acessado em Maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Administrativo
Eixo Temático	Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92, LIA)
Tema	Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92, LIA)
Tópico do Conteúdo	Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92, LIA)

38) Analise e julgue as assertivas abaixo que tratam dos poderes da administração pública.

- I. Poder regulamentar e poder regulatório não se confundem. Enquanto o primeiro se traduz na competência do Chefe do Executivo para a edição de normas gerais para o fiel cumprimento da lei, o segundo atribui competências às entidades administrativas, com destaque às agências reguladoras, e abarca atribuições normativas, executivas e judicantes.
- II. Desvio de poder e excesso de poder não são expressões sinônimas. O desvio de poder se caracteriza quando o agente público atua e extrapola a competência determinada na lei.
- III. O ciclo do poder de polícia compreende quatro fases, a saber: a ordem (norma legal), o consentimento (anuência do Estado), a fiscalização (verificação do cumprimento pelo particular) e a sanção.
- IV. É característica do poder de polícia a arbitrariedade que é sinônimo de discricionariedade.
- V. O poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração para investigar e punir os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa. Nos dois casos devem ser concretizado o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Assinale a alternativa em que todas as assertivas estão **CORRETAS**

- A) Apenas I e V estão corretas.
- B) Apenas II e IV estão corretas.
- C) Apenas I, II e IV estão corretas.
- D) **Apenas I, III, V estão corretas.**
- E) Todas estão corretas.

Justificativa

Alternativa D) está CORRETA, pois apenas as assertivas I, III e V estão CORRETAS. Os erros residem nas assertivas II e IV.

Assertiva II – Esta assertiva está errada.

Rafael Carvalho Rezende Oliveira ensina que “a) *excesso de poder: a atuação do agente público extrapola a competência delimitada na lei (ex.: policial que utiliza da força desproporcional para impedir manifestação pública); e b) desvio de poder (ou de finalidade): quando a atuação do agente pretende alcançar finalidade diversa do interesse público (ex.: edição de ato administrativo para beneficiar parentes)*” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021, p. 458).

Assertiva IV – Esta assertiva está errada.

Arbitrariedade não é característica do poder de polícia e muito menos sinônimo de discricionariedade.

Rafael Carvalho Rezende Oliveira ensina que “*Costuma-se afirmar que, em regra, o exercício do poder de polícia caracteriza-se pela liberdade conferida pelo legislador ao administrador para escolher, por exemplo, o melhor momento de sua atuação ou a sanção mais adequada no caso concreto quando há previsão legal de duas ou mais sanções para determinada infração. Todavia, em determinados casos, o legislador não deixa qualquer margem de liberdade para o administrador e a atuação de polícia será vinculada. É o que ocorre, por exemplo, com a licença para construir, que*

deve ser necessariamente editada para o particular que preencher os requisitos legais.” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021, p. 474).

As demais assertivas estão todas CORRETAS, conforme a doutrina.

Referência

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021

Nível	Superior
Disciplina	Direito Administrativo
Eixo Temático	Poderes da Administração Pública
Tema	Poderes da Administração Pública
Tópico do Conteúdo	Poderes da Administração Pública

39) Sobre Licitações, observadas as regras da Lei 13.303/16, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É dispensável, conforme a Lei 13.303/16, a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, bem como para suas respectivas subsidiárias, desde que mantidas as condições preestabelecidas.
- B) **A empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação para aquisição de bens, não poderão indicar marca ou modelo em decorrência da necessidade de padronização do objeto, segundo regramento da Lei 13.303/16.**
- C) Melhor combinação de técnica e preço poderá ser utilizado como critério de julgamento nos processos licitatórios, nos termos da Lei 13.303/16.
- D) O catálogo eletrônico de padronização é procedimento auxiliar das licitações regidas pelas Lei 13.303/16.
- E) O registro de preços, segundo a Lei 13.303/16, observará, entre outras condições, a efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado.

Justificativa

Alternativa B) está errada, pois viola a literalidade do art. 47, I, “a”, da Lei 13.303/16.

As demais alternativas estão todas CORRETAS, conforme literalidade do art. 29, III; art. 54, III; art. 63, IV; art. 66, §2º, I, todos da Lei 13.303/16.

Referência

Lei 13.303/16. Disponível em [L13303 \(planalto.gov.br\)](http://L13303(planalto.gov.br)). Acessado em Maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Administrativo
Eixo Temático	Licitações conforme a Lei 13.303/16
Tema	Licitações conforme a Lei 13.303/16
Tópico do Conteúdo	Licitações conforme a Lei 13.303/16

40) Analise e julgue as assertivas abaixo que tratam da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.257/11, LAI). Identifique as **CORRETAS**.

- I. O órgão ou entidade pública, quando solicitada, deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível e não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, deverá fazê-lo em prazo não superior a 05 (cinco) dias. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, sendo prescindível qualquer justificativa.
- II. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, vigoram a partir da data de sua produção e para as ultrassecretas são: 35 (trinta e cinco) anos; para as secretas são: 25 (vinte e cinco) anos e para as reservadas: 10 (dez) anos.
- III. Empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, subordinam-se à Lei de Acesso à Informação, sendo que qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações a estes órgãos e entidades, por

qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

- IV. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas ficarão sob sigilo pelo prazo de 35 anos.
- V. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau de ultrassecreto, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.

Assina alternativa em que todas as assertivas estão **CORRETAS**:

- A) II, III e V estão corretas.
- B) I e II estão corretas.
- C) **Apenas a III está correta.**
- D) Apenas a IV está correta.
- E) II e IV estão corretas.

Justificativa

A alternativa C) é a CORRETA, pois somente a assertiva III é CORRETA e se encontra na literalidade do art. 1º, II, c/c art. 10, caput, da LAI.

A assertiva I é errada, pois viola a literalidade do art. 11 e seus §§1º e 2º, da LAI.

A assertiva II é errada, pois viola a literalidade do art. 24, §1º, da LAI.

A assertiva IV é errada, pois viola a literalidade do art. 24, §2º, LAI.

A assertiva V é errada, pois viola a literalidade do art. 27, I e II, da LAI.

Referência

Lei 12.257/11. Disponível em L12527 (planalto.gov.br). acessado em Maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Administrativo
Eixo Temático	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.257/11, LAI)
Tema	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.257/11, LAI)
Tópico do Conteúdo	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.257/11, LAI)

41) Em 03 de junho de 2024, o portal de notícias do Supremo Tribunal Federal publicou que o STF considerou válida a altura mínima para ingresso na Guarda Municipal, prevista em lei de São Bernardo do Campo (SP). “O Tribunal, no entanto, reduziu a altura mínima de 1,60m para 1,55m para mulheres e de 1,70m para 1,60m para homens, adequando o requisito local aos parâmetros para o ingresso nas Forças Armadas” (<https://portal.stf.jus.br/noticias>). Considerando o Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O Supremo Tribunal Federal poderia ter apreciado a constitucionalidade da respectiva lei de São Bernardo do Campo (SP) por meio de um Recurso Extraordinário. Trata-se de recurso de caráter excepcional para o Supremo Tribunal Federal contra decisões de outros tribunais, em única ou última instância, quando houver ofensa à norma da Constituição Federal.
- B) A constitucionalidade da respectiva lei de São Bernardo do Campo (SP) poderia ter sido objeto de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF perante o STF, desde que proposta pelos legitimados previstos no art. 103 da Constituição Federal.
- C) **A constitucionalidade da respectiva lei de São Bernardo do Campo (SP) poderia ter sido objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada no STF, em face da Constituição Federal.**
- D) A constitucionalidade da respectiva lei de São Bernardo do Campo (SP) poderia ter sido objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada no Tribunal de Justiça de São Paulo, em face da Constituição Estadual.
- E) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente, aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Justificativa

A questão busca a identificação da assertiva errada. A afirmativa C está INCORRETA nos termos do art. 102, I “a”, considerando que Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal está restrita à apreciação da compatibilidade de lei ou ato normativo federal, ou estadual, ou seja, não cabe para lei municipal. A afirmativa A está CORRETA nos termos do art. 102 da Constituição Federal, que dispõe que compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. A afirmativa B está CORRETA nos termos do §1º do art. 102 da Constituição Federal e art. 1º da Lei n. 9.882/99. A afirmativa D está CORRETA nos termos do art. 125, §2º da Constituição Federal, considerando que cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais, ou municipais, em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão. A afirmativa E está CORRETA nos termos do §2º do art. 102, da Constituição Federal.

Referência

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Constitucional
Eixo Temático	Controle de Constitucionalidade
Tema	Ações do Controle Concentrado de Constitucionalidade
Tópico do Conteúdo	Ação Direta de Inconstitucionalidade

42) Sobre a Ordem Social e as normas constitucionais brasileiras, é **CORRETO** afirmar:

- A) **A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.**
- B) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada e a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos será regulada por lei complementar.
- C) É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto de alto rendimento e, em casos específicos, para a do desporto educacional.
- D) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 5 (cinco) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- E) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

Justificativa

A questão busca a identificação da assertiva CORRETA. A afirmativa A está CORRETA nos termos do art. 211, §§ 2º e 3º, que dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. A afirmativa B está INCORRETA, considerando que, nos termos da Constituição Federal, art. 199, § 2º, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, contudo, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. A afirmativa C está INCORRETA, considerando que a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento, nos termos do art. 217, II da Constituição Federal. A afirmativa D está INCORRETA nos termos do art. 208, I da Constituição Federal, considerando que a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. A afirmativa E está INCORRETA nos termos do art. 222 da Constituição Federal, considerando que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

Referência

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Constitucional
Eixo Temático	Direitos e Garantias Fundamentais
Tema	Direitos Sociais
Tópico do Conteúdo	Ordem Social

43) É da competência legislativa privativa da União, **EXCETO**:

- A) Diretrizes e bases da educação nacional.
- B) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- C) Proteção e tratamento de dados pessoais.
- D) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- E) Normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Justificativa

A questão busca a identificação da assertiva errada. A afirmativa D está INCORRETA, considerando que, legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, é da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24, VIII. As afirmativas A, B, C e E estão CORRETAS, nos termos do art. 22, IV, XXIV, XXX e XXI da Constituição Federal.

Referência

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Constitucional
Eixo Temático	Organização do Estado
Tema	Organização Político-Administrativa
Tópico do Conteúdo	Competência legislativa

44) Sobre a Organização dos Poderes, nos termos da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Vagando os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição será feita em trinta dias, pelo Congresso Nacional.
- B) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- C) Para ser considerado eleito Presidente da República, o candidato deverá obter a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, no primeiro turno e no segundo turno.
- D) No Poder Judiciário, nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de treze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- E) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Justificativa

A questão busca a identificação da assertiva CORRETA. A afirmativa B está CORRETA nos termos do art. 50 da Constituição Federal. A afirmativa A está INCORRETA, considerando que só ocorrerá nova eleição se caracterizada a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos termos do art. 81 da Constituição Federal. A afirmativa C está INCORRETA, considerando que a maioria absoluta dos votos é exigência exclusiva do primeiro turno, nos termos do art. 77 da Constituição Federal. A afirmativa D está INCORRETA, considerando que o órgão especial poderá ser constituído, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, nos termos do art. 93, XI da Constituição Federal. A afirmativa E está INCORRETA, considerando que uma súmula vinculante não terá efeito vinculante em relação ao Poder Legislativo, nos termos do art. 103-A da Constituição Federal.

Referência

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Constitucional
Eixo Temático	Organização dos Poderes
Tema	Tripartição dos Poderes
Tópico do Conteúdo	Composição e competência dos Poderes

45) João ajuizou uma reclamação trabalhista contra seu ex-empregador. O valor da causa é de R\$ 30.000,00. Considerando que o procedimento sumaríssimo será adotado, analise as alternativas abaixo e assinale a **CORRETA**, com base na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho:

- A) No procedimento sumaríssimo, a sentença deve ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias após a audiência de instrução e julgamento.
- B) No procedimento sumaríssimo, não é permitida a presença de testemunhas para simplificar o processo e acelerar a resolução do conflito.
- C) O procedimento sumaríssimo só pode ser aplicado em causas cujo valor não ultrapasse 40 salários-mínimos, vigente na data da sentença.
- D) No procedimento sumaríssimo, a decisão proferida pelo juiz de primeiro grau não admite recurso ordinário.
- E) **No procedimento sumaríssimo, as partes são notificadas para a audiência de instrução e julgamento, que deve ser realizada no prazo máximo de 15 dias.**

Justificativa

A alternativa E é a CORRETA porque, segundo o art. 852-B da CLT, no procedimento sumaríssimo, as partes são notificadas para a audiência de instrução e julgamento, que deve ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. A alternativa A está errada, porque não há determinação específica na CLT que exija que a sentença seja proferida no prazo de 5 (cinco) dias após a audiência de instrução e julgamento; o prazo para a prolação da sentença deve seguir os prazos gerais previstos na CLT.

A alternativa B está errada, porque o procedimento sumaríssimo permite a presença de até duas testemunhas para cada parte, conforme art. 852-H, §2º da CLT.

A alternativa C está errada, porque o procedimento sumaríssimo é aplicável a causas cujo valor não ultrapasse 40 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, conforme art. 852-A da CLT.

A alternativa D está errada, porque a decisão proferida pelo juiz de primeiro grau no procedimento sumaríssimo admite recurso ordinário, conforme art. 895, I da CLT.

Referência

Consolidação das Lei do Trabalho – CLT. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Processo do Trabalho
Eixo Temático	Procedimentos da Justiça do Trabalho
Tema	Procedimento Ordinário, Sumário e Sumaríssimo.
Tópico do Conteúdo	Características do procedimento sumaríssimo

46) José trabalhou para a empresa ABC, sendo dispensado sem justa causa. Ocorre que José ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador para cobrar apenas as horas extras que entendia ser devido. No entanto, o

Juiz de primeiro grau julgou totalmente improcedente o pedido de José. Inconformado com a sentença, José pretende recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho para reformar a decisão. Considerando o disposto na CLT e a jurisprudência consolidada do TST, analise as alternativas abaixo e assinale a resposta **CORRETA**.

- A) O recurso ordinário deve ser interposto no prazo de 8 (oito) dias, sendo necessário o recolhimento das custas processuais, mas dispensado o depósito recursal para o empregado.
- B) O recurso ordinário deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, sendo necessário apenas o recolhimento do depósito recursal.
- C) O recurso ordinário deve ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, sendo necessário o recolhimento do depósito recursal e das custas processuais.
- D) O recurso ordinário deve ser interposto no prazo de 8 (oito) dias, sendo necessário o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal.
- E) O recurso ordinário deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, sendo necessário o recolhimento das custas processuais.

Justificativa

A alternativa A é a CORRETA porque, conforme o art. 895, inciso I, da CLT, o recurso ordinário deve ser interposto no prazo de 8 (oito) dias. Além disso, ante a ausência de previsão legal, o reclamante empregado não está obrigado ao recolhimento de depósito, pois tal obrigação é exigida somente para o reclamado empregador. Assim, conforme o artigo 789, § 1º da CLT, o empregado é dispensado do recolhimento do depósito recursal, sendo necessário apenas o recolhimento das custas processuais.

A alternativa B está INCORRETA, porque o prazo para interposição do recurso ordinário não é de 5 (cinco) dias, mas sim de 8 (oito) dias, conforme o art. 895, inciso I, da CLT.

A alternativa C está INCORRETA, porque o prazo correto para interposição do recurso ordinário é de 8 (oito) dias, e não de 10 (dez) dias, conforme o art. 895, inciso I, da CLT. § 1º da CLT.

A alternativa D está INCORRETA, porque, embora o prazo de 8 (oito) dias esteja correto, ante a ausência de previsão legal, o reclamante não está obrigado ao recolhimento de depósito, pois tal obrigação é exigida somente para o reclamado. Assim, conforme o art. 789, § 1º da CLT, o empregado é dispensado do recolhimento do depósito recursal, sendo necessário apenas o recolhimento das custas processuais.

A alternativa E está INCORRETA, pois o prazo para interposição do recurso ordinário é de 8 (oito) dias, e não de 5 (cinco) dias, conforme o art. 895, inciso I, da CLT.

Referência

Consolidação das Lei do Trabalho – CLT. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Processo do Trabalho
Eixo Temático	Recursos
Tema	Recurso Ordinário
Tópico do Conteúdo	Prazos e Preparo

47) A respeito dos prazos processuais trabalhistas, analise e julgue as afirmações a seguir:

- I. A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
- II. O prazo para a interposição de recurso ordinário, no rito sumaríssimo, é de 5 (cinco) dias, por se tratar de um rito mais célere.
- III. Para interpor agravo de instrumento dos despachos que denegarem a interposição de recursos, o prazo é de 8 (oito) dias.
- IV. Embargos de declaração devem ser opostos em até 10 (dez) dias após a publicação da decisão judicial.

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre os prazos processuais no processo do trabalho.

- A) I, II e IV.
- B) I e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) I, II e III.

Justificativa

O item I está correto, porque o parágrafo único do art. 847 da CLT estabelece que a parte poderá apresentar defesa escrita, pelo sistema de processo judicial eletrônico, até a audiência.

O item II está errado, porque de acordo com o art. 895 da CLT, o prazo para recurso ordinário é de 8 (oito) dias.

O item III está correto, porque o art. 897, "b", da CLT determina que o prazo para interposição de agravo de instrumento é de 8 (oito) dias.

O item IV está errado, porque o prazo para opor embargos de declaração é de 5 (cinco) dias úteis, conforme estabelece o art. 897-A da CLT.

Referência

Consolidação das Lei do Trabalho – CLT. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Processo do Trabalho
Eixo Temático	Prazos
Tema	Prazos Processuais
Tópico do Conteúdo	Prazos Processuais no Processo do Trabalho

48) Maria ajuizou uma reclamação trabalhista contra a empresa Alfa. No dia da audiência inicial, a reclamante não compareceu e não justificou a ausência, ocasionando o arquivamento do processo. Duas semanas após, Maria novamente ajuizou nova ação com os mesmos pedidos, mas no dia seguinte ao do ajuizamento decidiu requerer a desistência do processo em razão de estar descontente com a atuação do seu advogado, sendo, portanto, o pedido homologado pelo magistrado. Ocorre que Maria está cogitando contratar novo advogado para ajuizar novamente a ação trabalhista contra a empresa Alfa. Nesse caso, analise se Maria deverá aguardar algum prazo, assinalando a resposta **CORRETA**.

- A) Maria deve aguardar três meses antes de ajuizar a mesma ação.
- B) Maria deve esperar seis meses antes de ajuizar novamente a mesma ação, devido ao arquivamento do primeiro processo por sua ausência.
- C) **Maria pode ajuizar a reclamação trabalhista imediatamente, pois não precisará aguardar nenhum prazo para ajuizar nova ação.**
- D) Maria não poderá ajuizar novamente a mesma ação em razão à ofensa à coisa julgada.
- E) Maria está proibida de ajuizar a mesma ação novamente, uma vez que desistiu do processo após o arquivamento inicial.

Justificativa

A alternativa C é a CORRETA, porque não ocorreram dois arquivamentos decorrentes de ausência do reclamante à audiência CLT, art. 732.

A alternativa A está INCORRETA, porque o art. 732. CLT especifica o prazo de seis meses como condicionante para o ajuizamento de uma nova ação com os mesmos pedidos e contra o mesmo empregador, após o arquivamento do processo inicial por ausência do reclamante.

A alternativa B está INCORRETA, porque não ocorreram dois arquivamentos decorrentes de ausência do reclamante à audiência, conforme art. 732 da CLT.

A alternativa D está INCORRETA, porque a coisa julgada ocorre quando uma decisão judicial se torna definitiva, não sendo mais passível de recurso. No caso de Maria, como houve arquivamento e posterior desistência do processo, não houve julgamento do mérito que pudesse constituir coisa julgada.

A alternativa E está INCORRETA, porque não existe proibição legal para ajuizar a mesma ação após a desistência do processo. O impedimento está relacionado ao prazo de espera após o arquivamento por ausência na audiência. A desistência homologada pelo juiz antes do julgamento do mérito não impede nova ação.

Referência

Consolidação das Lei do Trabalho – CLT. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: Maio 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Processo do Trabalho
Eixo Temático	Processo e procedimento nos dissídios individuais
Tema	Perempção

49) A Lei Federal n.º 9.433/1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como um de seus fundamentos a água como um bem de domínio público. Dentre os instrumentos para a implementação da Política, destaca-se a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos. No que tange ao uso da água para aproveitamento de potenciais hidrelétricos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A concessão de outorga para uso da água para aproveitamento de potenciais hidrelétricos não está sujeita à cobrança.
- B) O aproveitamento de potenciais hidrelétricos independe de outorga, uma vez que a Lei n.º 9.433/97 apresenta, dentre seus objetivos, a utilização racional dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
- C) A outorga de direitos de uso de recursos hídricos para aproveitamento de potenciais hidrelétricos far-se-á por prazo não excedente a vinte e cinco anos, sem possibilidade de renovação.
- D) **A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.**
- E) A outorga para uso da água para aproveitamento de potenciais hidrelétricos implica, além do direito de uso, a alienação parcial das águas.

Justificativa

D) Os usos sujeitos a outorga são regulamentados pela Lei n.º 9.433/95, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. O art. 12, §2º, da referida Lei expressamente prevê o disposto na alternativa.

A) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei n.º 9.433/95, nos termos do artigo 5º, IV. Ainda, conforme art. 20 da mesma Lei serão cobrados os usos sujeitos à outorga.

B) A Lei n.º 9.433/93 informa no inciso IV do art. 12 a obrigação da outorga para aproveitamento de potenciais hidrelétricos.

C) Nos termos do art. 17 da Lei n.º 9.433/95, o prazo para concessão da outorga será não excedente a trinta e cinco anos, renováveis.

E) A Lei n.º 9.433/95 prevê que a água é um bem de domínio público (art. 1º, I). Além disso, seu art. 18 informa que a outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Ambiental
Eixo Temático	Política Nacional de Recursos Hídricos
Tema	Instrumentos da PNRH
Tópico do Conteúdo	Outorga

50) O Rio Y, situado no Estado X, possui grande potencial para geração de energia elétrica. Não obstante, a área ideal para instalação da referida usina está localizada dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, a Reserva Biológica da Água Bonita. A fim de que a usina possa ser construída, o Governador do Estado X deseja proceder a redução das dimensões da referida Reserva. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A redução dos limites de uma unidade de conservação deverá ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade.
- B) A redução dos limites de uma unidade de conservação poderá ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade.
- C) **A redução dos limites da Reserva Ecológica somente poderá ser feita mediante lei específica, ainda que sua criação tenha se dado por Decreto.**
- D) A redução dos limites da Reserva Biológica poderá se dar por intermédio de decreto, sem que, com isso, esteja configurada ofensa ao texto constitucional.

- E) A imposição constitucional de que a alteração ou supressão de espaços territoriais especialmente protegidos somente pode ser feita por Lei e não se aplica às Unidades de Conservação, que são regidas por lei própria.

Justificativa

C) A Constituição Federal de 1988 prevê, dentre as obrigações do Poder Público, a definição de espaços territoriais especialmente protegidos, impondo-se sua alteração ou supressão apenas por Lei (art. 225, §1º, III). Ademais, a Lei n.º 9.985/00 traz o mesmo mandamento, no §7º do art. 22.

A) Não deverá, tendo em vista o previsto no art. 225, §1ºIII da Constituição Federal e o art. 22 §7º da Lei n.º 9.985/00.

B) Não poderá, tendo em vista o previsto no art. 225, §1ºIII da Constituição Federal e o art. 22 §7º da Lei n.º 9.985/00.

D) O art. 225, §1º III expressamente impõe a necessidade de lei para tanto.

E) O regulamento concernente aos espaços aludidos no art. 225 §1º III da Constituição Federal é a Lei n.º 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação e replicou o mandamento constitucional quanto à necessidade de lei específica para este fim.

Referência

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 225. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Ambiental
Eixo Temático	Sistema Nacional das Unidades de Conservação
Tema	Desafetação / redução da área das Unidades de Conservação
Tópico do Conteúdo	Princípio da Legalidade – exigência de lei específica

51) Publicada no ano de 2012, a Lei Federal n.º 12.651 instituiu o Novo Código Florestal, disciplinando, dentre outros temas, as áreas de Reserva Legal. Quanto a este tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O Novo Código Florestal padronizou em 30% (trinta por cento) o percentual mínimo de Reserva Legal em imóveis não localizados na Amazônia Legal.
- B) Todo imóvel, urbano ou rural, deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, cujo percentual dependerá do Estado em que estiver inserido.
- C) As áreas de preservação permanente não poderão ser computadas para fins de cálculo da área de Reserva Legal do imóvel.
- D) A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito privado, não se aplicando às pessoas jurídicas de direito público.
- E) **Não será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.**

Justificativa

E) A Lei n.º 12.651/2012 instituiu o Novo Código Florestal e trouxe em seu art. 12, §7º, a dispensa de Reserva Legal para os empreendimentos mencionados na alternativa.

A) Os percentuais mínimos de Reserva Legal são estabelecidos pelo art. 12 da Lei n.º 12.651/2012, o qual informa que todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, com percentuais de 80% (oitenta por cento) para imóveis situados em florestas na Amazônia Legal; 35% (trinta e cinco por cento), para imóveis situados em cerrado na Amazônia Legal; 20% (vinte por cento), para imóveis situados em áreas de campos gerais na Amazônia Legal; 20% (vinte por cento) para imóveis localizados nas demais regiões do País.

B) As áreas de Reserva Legal são aplicáveis apenas a imóveis rurais, nos termos do art. 12 *caput*, da Lei n.º 12.651/2012.

C) O art. 15 da Lei n.º 12.651/2012 prevê as hipóteses em que o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel será admitido.

D) O art. 17 da Lei n.º 12.651/2012 prevê que a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Referência

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, n.º 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, e n.º 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Ambiental
Eixo Temático	Código Florestal (Lei nº 12.651/2012)
Tema	Reserva Legal
Tópico do Conteúdo	Regime jurídico da Reserva Legal

52) Estimando gerar aproximadamente 100MW de energia, a empresa ENERGIA S/A deu início ao procedimento de Licenciamento Ambiental para a construção de uma usina hidrelétrica aproveitando o potencial hídrico do Rio X, que perpassa os Estados A e B. Até o momento, apenas a Licença Ambiental Prévia foi concedida. Diante do cenário apresentado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Em caso de infração administrativa cometida pelo empreendimento licenciado, a competência de lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo será exclusivamente do órgão licenciador, havendo impedimento para exercício da fiscalização pelos demais entes federativos.
- B) A competência para licenciar o empreendimento é de ambos os Estados, A e B, cabendo a cada um deles a análise dos impactos incidentes sobre seu território.
- C) **A Licença Ambiental Prévia não admite o início da construção da usina, o que somente poderá ocorrer com a obtenção da Licença Ambiental de Instalação.**
- D) A competência para licenciar e fiscalizar atividades potencial ou efetivamente poluidoras é concorrente, cabendo aos Estados atuarem de maneira suplementar à União.
- E) O licenciamento em questão não dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental, tendo em vista as dimensões da usina proposta.

Justificativa

C) As licenças ambientais estão detalhadas na Resolução n.º 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Nos termos do art. 8º inciso I, a Licença Ambiental Prévia se destina à aprovação da concepção e localização do empreendimento, atestando sua viabilidade. Por seu turno, o inciso II do art. 8º esclarece que a Licença Ambiental de Instalação autoriza a instalação do empreendimento.

A) A competência do órgão licenciador para fiscalizar o empreendimento não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, nos termos do art. 17, §3º, da Lei Complementar n.º 140/10.

B) A Lei Complementar n.º 140/2010 determina, em seu art. 13, que o licenciamento ambiental será realizado por um único ente federativo. Por seu turno, o art. 7º, inciso XIV, alínea “e” atribui à União a competência para licenciar empreendimentos localizados em 2 (dois) ou mais Estados.

D) O art. 23 da Constituição Federal dispõe acerca da competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atuar na proteção do meio ambiente, combater a poluição e preservar florestas, fauna e flora (incisos VI e VII). Ainda, o parágrafo único do art. 23 prevê que as normas para cooperação serão fixadas por Leis Complementares. Por seu turno, o art. 1º da Lei Complementar n.º 140/10 estabelece que ela fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

E) A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, §1º inciso IV, impõe ao Poder Público o dever de exigir estudo de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade causadora de significativa degradação do meio ambiente. Por seu turno, a Resolução n.º 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, informa que o licenciamento das atividades descritas nos incisos do art. 2º dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental. Por fim, da leitura do inciso XI do referido artigo depreende-se que a atividade constante do enunciado está sujeita a tal regulamentação,

posto que a exigência é aplicável às usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW.

Referência

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n.º 1**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2548, 17 fev. 1986. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/legislacao/Resolucao/1986/res_conama_01_1986.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n.º 237**, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 308, 22 dez. 1997. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/legislacao/Resolucao/1997/res_conama_237_1997_licenciamento_a_m_biental.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 140**, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 9 dez. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Ambiental
Eixo Temático	Licenciamento Ambiental / Competências em matéria ambiental
Tema	Licenças ambientais / competência para licenciamento e fiscalização
Tópico do Conteúdo	Licença Ambiental Prévia/ Licença Ambiental de Instalação Competência da União / Competência comum

53) Considere as seguintes situações, enumeradas de I a III:

- I. Uma pessoa exerce atividade ilícita de tráfico de drogas, auferindo dela renda.
- II. Um grupo de pessoas resolve abrir uma lanchonete sem o devido registro na Junta Comercial, comprando alimentos e bebidas e revendendo-os aos clientes.
- III. Um jovem menor de 18 anos, não emancipado, adquire sem a assistência dos pais um imóvel em seu nome.

Em qual, ou quais, dessas situações há obrigação de pagar tributo?

- A) Apenas nas situações I e III, vez que um grupo de pessoas, ao abrir qualquer empreendimento sem o registro na Junta Comercial implica numa sociedade de fato, o que não gera efeitos tributários.
- B) Apenas nas situações II e III, pois, na situação I, o traficante de drogas não pode pagar tributos.
- C) **Em todas as três situações, vez que o princípio da isonomia tributária, nos casos acima, não faz distinção de contribuintes.**
- D) Somente na situação III, já que o jovem, embora não emancipado, pode adquirir imóvel sem assistência dos pais.
- E) Em nenhuma das situações, vez que todas elas são ilegais.

Justificativa

Alternativa C, CORRETA: os art. 118 e 126 do Código Tributário Nacional (CTN) estipulam, respectivamente, que “Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos; II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos” e que “Art. 126. A capacidade tributária passiva independe: I - da capacidade civil das pessoas naturais; II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios; III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional”. Em outras palavras, independentemente da validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes (como na situação I), ou de estar a pessoa jurídica irregularmente constituída (situação II), ou, ainda, de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis (caso da situação III), o fato gerador tributário ocorreu nas três situações, passíveis de cobrança do Imposto sobre a Renda (situação I),

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (situação II) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis na situação III.

Alternativa A, INCORRETA: o fato de haver uma sociedade irregular ou de fato, não impede, conforme o art. 150, inciso II, da Constituição Federal (CRFB), bem como os art. 118 e 126 do Código Tributário Nacional (CTN), de que seja cobrado o ICMS e quaisquer outros tributos decorrentes da atividade, ainda que desconforme com o Direito Empresarial.

Alternativa B, INCORRETA: o traficante de drogas não só pode como deve pagar tributos decorrentes de sua atividade ilícita. Apenas não pagará, obviamente, da forma usual dos demais contribuintes, ou seja, quando for preso, a autoridade policial competente oficiará às receitas federal, estadual e municipal para que os tributos devidos pelo criminoso sejam exigidos.

Alternativa D, INCORRETA: o jovem, ainda que emancipado, não pode adquirir sozinho bens imóveis sem a assistência dos pais, o que, como já dito, não o impede de pagar, para efeitos tributários, o ITBI.

Alternativa E, INCORRETA: pelas razões expostas na alternativa A, não há razão para que não sejam cobrados tributos em todas as situações narradas, até porque, pelo princípio da isonomia tributária, para efeitos de exação tributária, em todas as situações está-se diante de contribuintes, mesmo que em outras áreas do Direito tenham cometido irregularidades.

Referência

AMARO, Luciano da Silva. **Direito Tributário Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. e-book, p. 318-322; p. 613-617.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Tributário
Eixo Temático	Sistema Tributário Nacional: princípios gerais.
Tema	Obrigaçãõ tributária
Tópico do Conteúdo	Tributaçãõ de atos ilícitos e de atos ineficazes

54) Um determinado contribuinte deixou de recolher determinado tributo federal no mês de agosto de 2023. Na ocasião, a lei impunha a multa moratória de 75% sobre o valor do débito. Inconformado com o percentual da multa, entendendo-a confiscatória e abusiva, o contribuinte propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal em dezembro do mesmo ano. Em março de 2024, quinze dias após a sentença do Juiz competente em favor da União, houve alteração justamente na lei que disciplinava a matéria, reduzindo a multa moratória para 20%. Nesse caso, a redução da alíquota:

- A) É aplicável ao fato ocorrido em agosto de 2023, pois a aplicação retroativa da lei é regra geral no direito tributário.
- B) Não é aplicável, pois a lei vigente à época de ocorrência do fato gerador, que estipulava os 75%, deverá prevalecer.
- C) Não é aplicável, pois o princípio da irretroatividade veda a aplicação retroativa da lei tributária em qualquer caso.
- D) **É aplicável ao fato ocorrido em agosto de 2023, pois aplica-se retroativamente a lei que defina penalidade menos severa ao contribuinte.**
- E) Não é aplicável, pois a aplicação retroativa da lei só seria possível se ocorrida antes da sentença proferida pelo juízo competente na Ação Anulatória.

Justificativa

Alternativa D, CORRETA: o art. 106, inciso II, alínea “c”, do CTN, prescreve que: “Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: [...] II - tratando-se de ato não definitivamente julgado: [...] c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.” Trata-se do caso da questão. A Ação Anulatória, mesmo tendo havido sentença, não havia ainda transitado em julgado; de outro lado, a lei mais benigna reduziu a penalidade – a multa, no caso – de 75% para 20%, ocorrendo, neste caso, uma das situações de exceção à aplicação do princípio da irretroatividade do art. 150, inciso III, alínea “a”, da CRFB; em outras palavras, a lei mais benéfica para o contribuinte pode retroagir.

Alternativa A, INCORRETA: a aplicação e lei retroativa é exceção, não regra no Direito Tributário, sendo possível apenas nas hipóteses dos art. 106 e 144 do CTN.

Alternativa B, INCORRETA: não há subsídio legal para amparar o enunciado da alternativa B, pois, como já dito, neste caso específico, a lei tributária necessariamente retroagirá.

Alternativa C, INCORRETA: os art. 106 e 144 do CTN determinam os casos em que a lei tributária poderá retroagir em uma série de casos.

Alternativa E, INCORRETA: não há aqui, também, nenhum artigo que ampare a afirmativa de que somente antes da sentença da Ação Anulatória que a retroatividade da lei tributária poderia ser aplicada.

Referência

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. e-book, p. 319-322.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Tributário
Eixo Temático	Sistema Tributário Nacional: princípios gerais.
Tema	Normas gerais de Direito Tributário
Tópico do Conteúdo	Retroatividade das leis tributárias

55) Suponha que um contribuinte tenha recebido notificação da Receita Estadual para pagamento de tributo que ele (o contribuinte) julga não ser devedor. O valor do débito é de R\$ 4.500,00. Em tais circunstâncias, assinale a alternativa que indica a Ação cabível.

- A) Ação Declaratória.
- B) **Ação Anulatória.**
- C) Consignação em Pagamento.
- D) Execução Fiscal.
- E) Repetição de Indébito.

Justificativa

Alternativa B, CORRETA: o art. 38 da Lei n.º 6.830/1980 prevê, dentre as possibilidades processuais mais frequentes no Direito Processual Tributário, a chamada Ação Anulatória, ou Ação Anulatória de Débito Fiscal, que se presta para anular lançamentos tributários reputados como inconstitucionais ou ilegais. No caso em questão, a notificação da Receita Estadual no valor de R\$ 4.500,00 revela, pela própria menção de um valor preciso, que se está diante de um lançamento tributário (art. 142 e seguintes do CTN) e, como tal, se ilegal ou mesmo inconstitucional, passível da propositura, pelo contribuinte, de Ação Anulatória.

Alternativa A, INCORRETA: a Ação Declaratória de existência ou inexistência de relação jurídico-tributária (art. 19 e 20 do CPC) não seria cabível no presente caso, pois se está diante de tributo já lançado, com valor exato, e a Declaratória destina-se à declaração, pelo juízo competente, da existência ou não de determinado direito que o contribuinte julga ter *antes* do lançamento tributário, o que não é o caso da questão.

Alternativa C, INCORRETA: também não se pode assinalar a Ação de Consignação em Pagamento (art. 164 do CTN) que tem por objeto, como o nome já indica, consignar determinado valor que o contribuinte julga válido para exercer o seu direito de quitar determinada obrigação tributária.

Alternativa D, INCORRETA: a Ação de Execução Fiscal, regida pelo art. 1º e seguintes da Lei n.º 6.830/1980, é de legitimidade exclusiva da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, além de autarquias e fundações, o que não se enquadra, sobremaneira, ao caso, que se refere a uma irrisignação do contribuinte.

Alternativa E, INCORRETA: a Repetição de Indébito também não seria alternativa plausível para o contribuinte, porquanto tem por objeto a devolução de valores indevidamente pagos ao Fisco, algo que a questão não informa.

Referência

NUNES, Cleucio Santos. **Curso Completo de Direito Processual Tributário**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. e-book, p. 1593-1598.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Tributário
Eixo Temático	Processo Judicial Tributário.
Tema	Ação declaratória e anulatória.
Tópico do Conteúdo	Ação Anulatória.

56) O Município Ômega instituiu, por meio de lei municipal, uma taxa de coleta de resíduos sólidos, cujo fato gerador é, exclusivamente, o serviço público de coleta, remoção e tratamento de lixo domiciliar de imóveis do município. Diante desse quadro fático, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A taxa instituída pelo Município Ômega tem natureza jurídica de imposto e, por isso, não poderia ser cobrada.

- B) O fato gerador da taxa determinado pela lei municipal violou a Constituição da República, pois o serviço de coleta, remoção e tratamento do lixo domiciliar é prestado à coletividade em geral, não sendo específico e divisível como determina a disciplina constitucional das taxas.
- C) Se um morador do Município não necessita do serviço que o Município Ômega instituiu, estará isento da cobrança da taxa em questão.
- D) Os municípios não possuem competência para a instituição de taxas, até porque o serviço de coleta, remoção e tratamento do lixo domiciliar tem, necessariamente, natureza jurídica de tarifa (preço público).
- E) **É válida a cobrança da referida taxa, vez que se trata de serviço público específico e divisível, colocado à disposição, ou efetivamente prestado pelo Município a seus moradores.**

Justificativa

Alternativa E, CORRETA: a taxa cobrada pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis amolda-se à questão trazida, uma vez que o art. 145, inciso II, da CRFB, bem como o art. 79 do CTN, permitem ao legislador infraconstitucional, como, no caso, o Município Ômega, a instituição de taxas que realizam, para cada contribuinte do território municipal, o serviço de coleta, remoção e tratamento do lixo domiciliar.

Alternativa A, INCORRETA: não há cabimento da afirmação contida na alternativa. Os impostos possuem como fato gerador um agir do contribuinte, independentemente de qualquer ação estatal a ele referível, o que não se coaduna com a descrição do enunciado da questão, que parte, justamente, da prestação, pelo Município, de um serviço público mediante a cobrança de taxa.

Alternativa B, INCORRETA: o fato gerador da taxa determinado pela lei municipal não violou a Constituição, pois o serviço de coleta, remoção e tratamento do lixo domiciliar é prestado a cada unidade domiciliar, sendo, justamente por isso, específico e divisível, como determina a própria CRFB.

Alternativa C, INCORRETA: o serviço público específico e divisível, mesmo que não usufruído por um determinado contribuinte, não lhe isenta de pagar a taxa, pois a mera colocação a disposição do serviço – no caso, de coleta, remoção e tratamento do lixo domiciliar – já basta para a cobrança da taxa.

Alternativa D, INCORRETA: as taxas são de competência comum dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União. Ademais, a natureza jurídica do serviço de coleta, remoção e tratamento do lixo domiciliar pode ser de taxa (tributo), ou de preço público (tarifa), não exclusivamente como tarifa.

Referência

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. e-book, p. 238-241.

Nível	Superior
Disciplina	Direito Tributário
Eixo Temático	Código Tributário Nacional: Livro I - Sistema Tributário Nacional
Tema	Taxas
Tópico do Conteúdo	Taxas

57) A Lei n.º 13.467/2017, intitulada como “Reforma Trabalhista”, introduziu profundas alterações no ordenamento jurídico que rege as relações de trabalho entre empregados e empregadores. Dentre as alternativas abaixo elencadas, assinale aquela alteração que **NÃO** foi introduzida pela citada Reforma:

- A) **A não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.**
- B) Súmulas e outros enunciados de jurisprudência, editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho, não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.
- C) Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.
- D) Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 da CLT, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas.
- E) A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.

Justificativa

- A) CORRETA. Alteração não introduzida pela Lei n.º 13.467/2017 e contrária ao disposto no art. 71, § 4º, da CLT, com redação dada pela Lei n.º 13.467/2017 (a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com o acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho).
- B) INCORRETA. Alteração introduzida pela Lei n.º 13.467/2017 (art. 8, § 2º, da CLT).
- C) INCORRETA. Alteração introduzida pela Lei n.º 13.467/2017 (art. 4º, A, da Lei n.º 6.019/74).
- D) INCORRETA. Alteração introduzida pela Lei n.º 13.467/2017 (art. 4º, § 2º, da CLT).
- E) INCORRETA. Alteração introduzida pela Lei n.º 13.467/2017 (art. 611-A, item VIII, da CLT).

Referência

BRASIL. **Decreto-lei n.º 5.452**, de 1 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em DEL5452 (planalto.gov.br). Acessado em maio de 2024

BRASIL. **Lei nº 13.467** de 2017. Disponível em L13467 (planalto.gov.br). Acessado em maio de 2024

Nível	Superior
Disciplina	Direito do Trabalho
Eixo Temático	Reforma Trabalhista (Lei nº
Tema	Trigonometria
Tópico do Conteúdo	Funções trigonométricas

58) Barão, Lord e Duque trabalham para o mesmo empregador, sendo que todos, atualmente, exercem a função de assistente administrativo. Barão foi admitido em 10/01/2018, como atendente, passando para o cargo de assistente administrativo em 08/06/2020 e recebendo, atualmente, o salário de R\$ 3.200,00 mensais. Lord foi contratado em 15/05/2022 e trabalha na mesma loja de Barão, recebendo, atualmente, salário de R\$ 2.800,00 por mês. Duque foi contratado em 08/01/2020, como assistente administrativo e trabalha na mesma função e no mesmo município que Barão e Lord, em loja situada em outro bairro, recebendo o salário de R\$ 3.000,00 mensais. Diante da situação em tela, e considerando que todos os demais requisitos legais relacionados à equiparação salarial estão preenchidos, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Duque tem direito à equiparação salarial com Barão.
- B) Não há direito à equiparação salarial entre os envolvidos.
- C) Lord tem direito à equiparação salarial com Duque.
- D) Duque tem direito à equiparação salarial com Lord.
- E) Lord tem direito à equiparação salarial com Barão.

Justificativa

B) CORRETA: nenhum dos empregados que poderiam ser indicados como paradigmas preenche os requisitos do trabalho prestado no mesmo estabelecimento comercial e do tempo de serviço para o mesmo empregador não superior a quatro anos – art. 461, caput, e § 1º, da CLT.

A) INCORRETA: Duque e Barão não trabalham no mesmo estabelecimento empresarial – art. 461 da CLT.

C) INCORRETA: Lord e Duque não trabalham no mesmo estabelecimento empresarial – art. 461 da CLT.

D) INCORRETA: Duque ganha mais do que Lord.

E) INCORRETA. Barão possui tempo de serviço para o mesmo empregador superior a quatro anos – art. 461, § 1º, da CLT.

Referência

BRASIL. **Decreto-lei n.º 5.452**, de 1 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em DEL5452 (planalto.gov.br). Acessado em maio de 2024

BRASIL. **Lei nº 13.467** de 2017. Disponível em L13467 (planalto.gov.br). Acessado em maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito
Eixo Temático	Direito do Trabalho
Tema	Equiparação Salarial
Tópico do Conteúdo	Equiparação Salarial

59) Sobre o Tema 1.046 do STF, com repercussão na esfera jurídica trabalhista, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A tese preconiza que são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.
- B) A tese preconiza que são constitucionais as convenções coletivas que, sem considerar a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.
- C) A tese preconiza que são constitucionais as convenções coletivas que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações, ampliações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.
- D) A tese preconiza que são inconstitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.
- E) O tema se refere à validade de norma coletiva de trabalho que limita ou amplia direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Justificativa

A) **CORRETA**: Contém a transcrição **CORRETA** da tese 1.046 do STF.

B) **INCORRETA**: a alternativa faz referência apenas às convenções coletivas, deixando fora os acordos coletivos, bem como expressa que não deve ser considerada a adequação setorial negociada.

C) **INCORRETA**: faz referência apenas às convenções coletivas, deixando fora os acordos coletivos, bem como prevendo a hipótese de ampliação de direitos trabalhistas, o que não é previsto no enunciado da tese.

D) **INCORRETA**: expressa que são inconstitucionais os acordos e as convenções quanto aos demais apontamentos, enquanto a tese propõe que são constitucionais.

E) **INCORRETA**: o tema apenas faz referência à limitação ou restrição de direito trabalhista não assegurado constitucionalmente, não abordando a hipótese de ampliação de tal direito.

Referência

Disponível em

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciarepercussao/veramentoprocesso.asp?incidente=5415427&numeroprocesso=1121633&classeprocesso=are&numerotema=1046>. Acesso em: jun. 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito
Eixo Temático	Direito do Trabalho
Tema	As relações coletivas de trabalho, acordos coletivos
Tópico do Conteúdo	Tema 1046 do STF

60) Lino Blues foi admitido como vendedor da sociedade empresarial Sonzera Equipamentos Musicais Ltda, no dia 29/06/2020, mediante salário fixo de R\$ 4.000,00 mensais, para cumprir jornada laboral de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h horas, com uma hora de pausa intervalar para refeição e descanso. O empregador dispensou Lino sem justa causa em 15/01/2024, sendo este o último dia trabalhado, com aviso prévio indenizado. Em vista disso, assinale a alternativa que contém a **CORRETA** adequação dos direitos rescisórios do empregado no tocante ao saldo de salário, aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional e férias proporcionais com o acréscimo de 1/3:

- A) Saldo de salário de 15 dias, aviso prévio indenizado de 39 dias, 2/12 avos de décimo terceiro salário de 2024 e férias proporcionais de 9/12 avos de 2023/2024 com o acréscimo de 1/3.
- B) Saldo de salário de 15 dias, aviso prévio indenizado de 39 dias, 1/12 avos de décimo terceiro salário de 2024 e férias proporcionais de 7/12 avos de 2023/2024 com o acréscimo de 1/3.
- C) Saldo de salário de 15 dias, aviso prévio indenizado de 30 dias, 1/12 avos de décimo terceiro salário de 2024 e férias proporcionais de 7/12 avos de 2023/2024 com o acréscimo de 1/3.
- D) Saldo de salário de 14 dias, aviso prévio indenizado de 39 dias, 2/12 avos de décimo terceiro salário de 2024 e férias proporcionais de 7/12 avos de 2023/2024 com o acréscimo de 1/3.

- E) Saldo de salário de 15 dias, aviso prévio indenizado de 39 dias, 2/12 avos de décimo terceiro salário de 2024 e férias proporcionais de 8/12 avos de 2023/2024 com o acréscimo de 1/3.

Justificativa

E) CORRETA: Computa a projeção do aviso prévio proporcional, conforme previsto na Lei n.º 12.506/2011, na apuração do décimo terceiro salário e das férias proporcionais (art. 487, § 1º, da CLT) – Tempo trabalhado de 3 anos, seis meses e 17 dias, mais os efeitos prospectivos de 39 dias de aviso prévio.

A) INCORRETA: Há equívoco na apuração da proporção de 9/12 avos das férias de 2023/2024.

B) INCORRETA: Não computa a projeção do aviso prévio indenizado na apuração do décimo terceiro salário e das férias proporcionais (art. 487, § 1º, da CLT).

C) INCORRETA: Não considera a proporcionalidade do aviso prévio conforme previsto na Lei n.º 12.506/2011 e nem a sua projeção na apuração do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

D) INCORRETA: Não considera o dia da rescisão no cômputo do saldo de salário e a projeção do aviso prévio indenizado na apuração das férias proporcionais.

Referência

BRASIL. **Decreto-lei n.º 5.452**, de 1 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em DEL5452 (planalto.gov.br). Acessado em maio de 2024

BRASIL. **Lei n.º 12.506/2011**. Disponível em L12506 (planalto.gov.br). Acessado em maio de 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Direito
Eixo Temático	Direito do Trabalho
Tema	Extinção do contrato de trabalho
Tópico do Conteúdo	Extinção do contrato de trabalho
